

*RELATÓRIO ANUAL
DE AUDITORIA*



Período Económico de 2014



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	3
1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	3
2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA.....	4
II – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	5
III – AUDITORIA ÀS CONTAS.....	6
1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS	8
3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
4. AUDITORIA AOS ITENS DE BALANÇO.....	10
4.1. <i>Investimentos</i>	10
4.2. <i>Inventários e Ajustamentos</i>	14
4.3. <i>Terceiros</i>	17
4.4. <i>Meios Financeiros Líquidos</i>	27
4.5. <i>Provisões e Outras Contingências</i>	29
4.6. <i>Acréscimos e Diferimentos</i>	31
4.7. <i>Fundos Patrimoniais</i>	33
5. AUDITORIA AOS ITENS DE RESULTADOS.....	36
5.1. <i>Rendimentos e Ganhos</i>	37
5.2. <i>Gastos e Perdas</i>	38
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	40
6.1. <i>Orçamento de Resultados</i>	40
6.2. <i>Orçamento e Cabimentação</i>	46
7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	49
7.1. <i>Dever de informação</i>	49
7.2. <i>Programa pagar a tempo e horas</i>	50
7.3. <i>Objetivos de redução do défice orçamental</i>	50
8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	52
8.1. <i>Aplicação das normas de contratação pública</i>	52
9. RECURSOS HUMANOS.....	53
V – RELATÓRIO DE GESTÃO	55

13

I – Introdução

Procedemos à revisão legal das contas da entidade relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 27 de Abril de 2014.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

<i>Constituição e Objecto Social</i>	O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) é uma pessoa coletiva, com natureza de entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial de natureza empresarial. O objeto social da entidade consiste na prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral. Desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.
<i>Localização</i>	A atividade é exercida na sede social sita na Avenida Movimento das Forças Armadas no Barreiro, e na Rua Machado Santos 52/54 Montijo, não havendo outros estabelecimentos, dependências, sucursais.
<i>Enquadramento Societário e Capital</i>	O capital estatutário inicial era de € 29.930.000,00 conforme consta no Decreto-Lei n.º 233/05 de 29 de Dezembro que aprova os respetivos estatutos, com as alterações introduzidas pelo DL nº 244/2012, de 9 de Novembro. Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 23 de Dezembro de 2009, foi subscrito um aumento de capital social no valor de € 8.000.000. Assim, o capital social passou a ser de € 37.930.000. Em 24 de Setembro 2011, de acordo com o Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário em 3.000.000,00€ passando o capital do CHBM para € 40.930.000,00. Em 13 de janeiro de 2014, pelo Despacho Conjunto nº 14181 -A/2013, de 1 de Novembro, foi realizada uma subscrição de € 12.800.000,00 pelo Estado através da entrega das unidades de participação detidas pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, passando o capital para € 53.730.000,00. Em 29 de dezembro de 2014, pelo Despacho Conjunto nº 15476-B/2014, de 19 de Dezembro foi realizada uma subscrição pelo Estado em numerário, no montante de € 45.300.000,00, ficando assim o capital

	estatutário do CHBM em € 99.030.000,00. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.
<i>Enquadramento Fiscal</i>	A entidade tem o número de contribuinte de 509 186 998. I.R.C. • Regime geral de tributação. I.V.A. • Regime normal com periodicidade trimestral, realizando operações isentas previstas no nº 2 do artigo 9º do CIVA (isenção incompleta).
<i>Organização Contabilística</i>	Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada nos termos do Artigo 115º do CIRC e do Artigo 44º do CIVA. A contabilidade do Hospital é executada em observância do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nºK158/2009, de 13 de julho Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC. Os lançamentos contabilísticos encontram-se suportados por documentos devidamente numerados e arquivados, encontrando-se as operações registadas por ordem cronológica.

2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, os seguintes:

- ♥ Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ♥ Análise do respeito pelo normativo contabilístico aplicável e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- ♥ Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de reconhecimento e mensuração adoptados pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
- ♥ Verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objectividade;
- ♥ Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- ♥ Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, recepção e contas a pagar, e vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;



- ♥ Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria.

II – Conclusões e Recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da entidade em 31 de Dezembro de 2014, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- ♥ O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E., tendo em atenção o disposto nos Despachos conjuntos nº 1507/2014, de 16 de Janeiro e nº 3016-A/2015, de 23 de Março, ambos dos exmos. Srs. Secretario de Estado do Tesouro e Secretário de Estado da Saúde, elaborou as suas demonstrações financeiras de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho, aplicável às empresas públicas, que englobam as entidades de natureza empresarial, de acordo com o nº 2 do artigo 5º do Decreto Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Tendo sido adotado pela primeira vez este referencial contabilístico, confirmámos os ajustamentos de transição necessários para se garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras, sendo que os impactos financeiros decorrentes dos ajustamentos de transição traduziram-se numa diminuição dos capitais próprios, em cerca de 5,35 milhões de euros.
- ♥ Foi ultrapassada a situação descrita na reserva da nossa Certificação Legal das Contas do ano anterior, tendo o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. procedido ao registo dos acréscimo de todos os proveitos relacionados com os contratos programa celebrados com a tutela.



III – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detectadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Despacho nº 1507/2014, de 16 de Janeiro, vem estabelecer a obrigatoriedade, aplicável às entidades públicas empresariais, incluindo os Centros Hospitalares a apresentação das contas de 2014 no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, esta obrigatoriedade inicia-se com a apresentação de contas do período de 2014. Seguindo estas orientações da tutela e as circulares normativas da ACSS, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) procedeu à reconversão do Plano de Contas de POCMS para SNC com efeito a 1 de Janeiro, iniciando assim o período de 2014 no normativo contabilístico SNC.

Embora tenham existido dúvidas sobre a aplicabilidade do Despacho acima referido os Gabinetes da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde vieram clarificar essas dúvidas, e emitiram um novo Despacho nº 3016-A/2015, de 23 de Março que permite o alargamento do prazo por um ano para o cumprimento das obrigações constantes no nº 1 do referido Despacho nº 1507/2014.

As contas do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E, referente ao período de 2014 foram apresentadas no referencial contabilístico SNC.

Desta forma, o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM)** adota na preparação das suas demonstrações financeiras as disposições do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho e, em particular as Normas Contabilísticas de Relato financeiro (NCRF) definidas no Aviso n.º 15655/2009 e as Demonstrações Financeiras publicadas pela Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.

Tendo sido adotado pela primeira vez o referencial contabilístico supra citado, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) procedeu aos ajustamentos de transição considerados necessários para se garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os períodos económicos de 2013 (em que as contas tinha sido preparadas com base no POCMS) e de 2014.

Desta forma verificámos não existirem itens de balanço ou de demonstrações de resultados que não sejam comparáveis com os homólogos do período imediatamente anterior.



Os impactos financeiros decorrentes dos ajustamentos de transição traduziram-se numa redução dos seus capitais próprios, no montante de 5.354.120,23 €, conforme quadro que se apresenta de seguida:

AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO			
Rubricas	POCMS	Reconciliação	SNC
		Ajustamentos	
Capital Realizado	40 930 000,00	0,00	40 930 000,00
Reservas Livres	3 628 282,91	0,00	3 628 282,91
Outras Reservas	2 484 940,78	28 572,19	2 513 512,97
Doações	735 877,50	-735 877,50	0,00
Resultados Transitados	-113 197 299,04	663 847,49	-112 533 451,55
Excedentes de revalorização	27 906 890,67	-6 619 890,05	21 287 000,62
O. Variações no capital Próprio	0,00	1 163 765,35	1 163 765,35
Resultado Líquido do Período	-3 932 553,98	145 462,29	-3 787 091,69
Total	-41 443 861,16	-5 354 120,23	-46 797 981,39

Os principais movimentos ocorridos foram os seguintes:

- ♥ Foi incorporado em outras reservas o saldo das doações em numerário, no valor de 28.572,19 €;
- ♥ Reconversão dos saldos da conta 2745 - Proveitos Diferidos de Subsídios para Investimento em Outras Variações do Capital Próprio, no valor de 1.456.935,34 €;
- ♥ Procedeu-se à reconversão das reservas de reavaliação em excedentes de revalorização, tendo-se retirado o efeito do imobilizado em curso que à data da reavaliação não tinha sido incorporado, no valor de 104.322,87€ e a utilização da reserva de reavaliação entre a data da avaliação e o final do período, no valor de 157.112,45 €;
- ♥ Efetuou-se o apuramento dos Impostos Diferidos sobre os excedentes de revalorização, no montante de 6.950.641,95 €, procedendo-se à correção da taxa de imposto e anulação do Imposto diferido no valor de 552.909,11 € e 39.278,11 €, respetivamente;
- ♥ Efetuou-se o apuramento dos Impostos Diferidos sobre os Subsídios para Investimento, no montante de 422.575,20 €, procedendo-se à correção da taxa de imposto e anulação do Imposto diferido no valor de 29.138,71 € e 58.341,36 €, respetivamente;
- ♥ Procedemos à reconciliação do saldo contabilístico das Doações em equipamento com as fichas de imobilizado, tendo sido incorporado nos resultados transitados o saldo resultante do valor das doações em equipamento já anteriormente realizadas, no valor de 613.923,07 €, tendo sido retirado o efeito das amortizações e dos impostos diferidos, ficando o saldo de 41.925,15 €.

Todos estes movimentos foram por nós validados.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Validámos os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras emitidas pela entidade, quer com as do período anterior, quer com as de outras entidades, conforme em observância das bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF) preconizadas no SNC.

A o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) emitiu um conjunto completo de demonstrações financeiras, sobre as quais nos compete emitir o correspondente parecer e que compreendem:

- ♥ O Balanço (modelo normal);
- ♥ A Demonstração dos Resultados por naturezas (modelo normal);
- ♥ A Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios;
- ♥ A Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- ♥ O Anexo das Notas.

Foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes pressupostos contabilísticos fundamentais:

- ♥ **Continuidade** das operações da entidade, validando se o órgão de gestão fez uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir encarando-a como uma entidade em continuidade, divulgando as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir o normal período da sua atividade;
- ♥ **Regime da periodização económica** (balanceamento, diferimento e acréscimo), verificando se os itens foram reconhecidos como rendimentos, gastos, activos, passivos e capitais próprios em observância dos critérios de reconhecimento definidos na Estrutura Conceptual;
- ♥ **Consistência** de apresentação, validando se a apresentação e a classificação de itens nas demonstrações financeiras dos períodos de 2013 e 2014 foram mantidas de um período para o outro;
- ♥ **Materialidade e agregação**, verificando se cada classe material de itens semelhantes foi separada ou agregada nas demonstrações financeiras, sendo que os itens de natureza ou função não semelhantes devem ser apresentados separadamente, salvo se forem imateriais. Validando que todos os elementos materialmente relevantes e que podem afectar avaliações

ou decisões pelos utentes interessados, se encontram relatados nas demonstrações financeiras;

- ♥ **Compensação**, validando se os rendimentos, os gastos, os activos e os passivos não foram compensados, para efeito da sua divulgação nas demonstrações financeiras, ou seja, se foram separadamente relatados;
- ♥ **Comparabilidade**, validando se foi divulgada informação comparativa com o período imediatamente anterior e se a mesma foi preparada com as mesmas bases de apresentação.

Identificaram-se eventuais juízos de valor (com excepção dos que envolvam estimativas) que o órgão de gestão tenha feito no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Analisaram-se os principais pressupostos relativos ao futuro e as principais fontes de incerteza das estimativas (caso envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e aspectos particulares de apresentação de transacções específicas e outros acontecimentos preconizados pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), serão tratados nos pontos subsequentes, aquando da análise de cada uma das áreas de auditoria.

Concluímos que, na sua essência, as políticas contabilísticas subjacentes ao referencial contabilístico adoptado pela entidade na preparação das suas demonstrações financeiras foram respeitados, pelo que não coloca em causa a verdadeira e apropriada imagem das mesmas.

3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão da certificação legal das contas susceptíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço que originem ajustamentos ao mesmo, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

4. AUDITORIA AOS ITENS DE BALANÇO

4.1. Investimentos

4.1.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	
Investimentos	17 211 824	16 430 220	15 783 816	15 174 534	42 323 119	41 339 625	40 409 727	39 484 415	38 591 328				
		-5%	-4%	-4%	179%	-2%	-2%	-2%	-2%				

Durante o ano de 2014 verificou-se uma diminuição gradual do valor dos investimentos, resultado fundamentalmente pelo valor pouco expressivo dos investimentos realizados durante o ano e pelo registo das depreciações do período.

4.1.2. Ativos Fixos Tangíveis

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- ♥ Inspecção física dos principais elementos dos activos fixos tangíveis, incluindo os activos em curso e os adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis, bem como a sua cobertura pelo seguro. Da amostra seleccionada, foi possível verificar que os elementos dos activos fixos tangíveis se encontram em adequadas condições de uso para as finalidades da empresa e que estão adequadamente cobertos de riscos seguráveis, na Companhia de Seguros Vitória Seguros, S.A;
- ♥ Confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens, bem como a existência de outros activos dados como garantia de passivos ou outros compromissos. Verificámos que todos os bens sujeitos a registo se encontram actualizados e que não existem ónus ou encargos sobre estes ou outros ativos fixos tangíveis;
- ♥ Verificação de compromissos contratuais para aquisição de activos. Não foram identificados quaisquer compromissos contratuais para aquisições de ativos;
- ♥ Verificação das bases de mensuração usadas (modelo do custo e/ou modelo de revalorização) para cada uma das classes de activos. A entidade adotou o modelo de revalorização para o seus edifícios e terrenos e o modelo do custo para as restantes classes dos seus ativos fixos tangíveis;

- ♥ Análise de possíveis situações que obriguem ao reconhecimento de perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis e das circunstâncias que conduziram à reversão de perdas. Das indagações realizadas, constatámos que não foram identificadas situações passíveis de reconhecimento de perdas de imparidade;
- ♥ Verificação das quantias reconhecidas no item de activos fixos tangíveis, comparadas com o período imediatamente anterior, conforme quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
	2013	2014	Montantes Validados	Diferença	Observações
431	3.610.595,52 €	3.610.595,52 €	3.610.595,52 €	0,00 €	Variação OK
432	37.143.434,02 €	37.272.714,39 €	37.272.714,39 €	0,00 €	Variação OK
433	24.375.373,09 €	24.613.097,76 €	24.613.097,76 €	0,00 €	Variação OK
434	325.908,62 €	325.908,62 €	325.908,62 €	0,00 €	Variação OK
435	5.130.050,74 €	5.243.165,42 €	5.243.165,42 €	0,00 €	Variação OK
437	73.739,76 €	73.739,76 €	73.739,76 €	0,00 €	Variação OK
T43	70.659.101,75 €	71.139.221,47 €	71.139.221,47 €	0,00 €	

De acordo com a passagem de plano de contas de POCMS para SNC, a entidade procedeu a reclassificação dos saldos iniciais dos valores de aquisição de equipamento administrativo (#435) para programas de computador (443), no valor de € 1.040.504,77, bem como o respetivo valor de amortizações acumuladas de 1.017.260,62 € de (#4385 para 4483).

Verificámos ainda as aquisições de ativos fixos tangíveis ocorridas durante o período em análise, no montante total de € 588.524,04. Validámos ainda o abate de bens no montante total de € 140.370,95, conforme quadro seguinte:

CONTA	Aquisições no Período	Abates no Período
432	97.313,74 €	0,00 €
433	375.343,42 €	-137.618,75 €
435	115.866,88 €	-2.752,20 €
Total	588.524,04 €	-140.370,95 €

Verificámos ainda que no período de 2014 foi transferido de investimentos em curso para edifícios e outras construções o montante de € 31.966,63.

- ♥ Validação da adequação das depreciações praticadas, do método usado, bem como da respetiva relevância fiscal:

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2013	2014	Montantes Validados	Diferença	Observações
4382	2.011.220,71 €	4.992.882,14 €	4.992.882,14 €	0,00 €	Variação OK
4383	21.131.164,99 €	22.170.443,12 €	22.170.443,12 €	0,00 €	Variação OK
4384	296.104,22 €	317.573,66 €	317.573,66 €	0,00 €	Variação OK
4385	4.889.899,85 €	5.014.272,36 €	5.014.272,36 €	0,00 €	Variação OK
4387	64.889,68 €	69.030,73 €	69.030,73 €	0,00 €	Variação OK
T438	28.393.279,45 €	32.564.202,01 €	32.564.202,01 €	0,00 €	

Foram analisados os mapas de apuramento das depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis, tendo-se verificado os saldos de todas as rubricas dos mapas e feito o controlo com as respectivas subcontas da conta 43. Verificou-se que não existem divergências entre os mesmos.

Foram ainda validados os gastos reconhecidos no período de depreciações de ativos fixos tangíveis, tendo por base o método adotado, que foi o da linha reta, bem como as vidas úteis definidas, de acordo com o quadro seguinte:

DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2014	Montantes Validados	Diferença
6422	2.981.661,43 €	2.981.661,43 €	0,00 €
6423	1.173.315,74 €	1.173.315,74 €	0,00 €
6424	21.469,44 €	21.469,44 €	0,00 €
6425	126.378,56 €	126.378,56 €	0,00 €
6427	4.141,05 €	4.141,05 €	0,00 €
T642	4.306.966,22 €	4.306.966,22 €	0,00 €

As amortizações calculadas pela entidade, têm em consideração o mês de aquisição dos bens, utilizando para o efeito o critério dos duodécimos.

Embora o valor das demonstrações financeiras e ficheiro de investimentos, reflita o real valor das depreciações e amortizações do período, recomendamos que a rubrica "64258 – Software" constante no balancete em ativos tangíveis, seja reclassificada para a rubrica "6433 – Programas de computadores" para ativos intangíveis, por forma a evitar erros futuros.

O valor dos ativos fixos tangíveis constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor desta tipologia de bens que a entidade controla, tendo em conta dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1.3. Ativos Intangíveis

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- ♥ Análise dos principais elementos dos activos intangíveis, incluindo os activos em curso e os adiantamentos por conta de activos intangíveis. Da amostra seleccionada, foi possível verificar que os elementos dos activos intangíveis estão em uso para as finalidades da empresa e que geraram valor económico durante o presente período económico;
- ♥ Confirmação directa da titularidade de elementos sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais elementos, bem como a existência de outros activos intangíveis dados como garantia de passivos ou outros compromissos. Verificámos que todos os elementos sujeitos a registo se encontram devidamente suportados e actualizados e que não existem ónus ou encargos sobre estes ou outros activos intangíveis;
- ♥ Verificação de compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis. Não foram identificados quaisquer compromissos contratuais para aquisições de ativos intangíveis;
- ♥ Verificação das bases de mensuração usadas (modelo do custo e/ou modelo de revalorização) para cada uma das classes de activos. A entidade adoptou o modelo do custo para todas as classes dos seus activos intangíveis e não se verificou a ocorrência de ativos intangíveis gerados internamente;
- ♥ Análise de possíveis situações que obriguem ao reconhecimento de perdas de imparidade de activos intangíveis e das circunstâncias que conduziram à reversão de perdas. Das indagações realizadas, constatámos que não foram identificadas situações passíveis de reconhecimento de perdas de imparidade;
- ♥ Análise das quantias de ativos intangíveis relacionadas com gastos de desenvolvimento;
- ♥ Verificação das quantias reconhecidas no item de activos intangíveis, comparadas com o período imediatamente anterior, conforme quadro seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS					
	2013	2014	Montantes Validados	Diferença	Observações
442	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Variação OK
443	1.040.504,77 €	1.054.506,82 €	1.054.506,82 €	0,00 €	Variação OK
T44	1.483.290,71 €	1.497.292,76 €	1.497.292,76 €	0,00 €	

Conforme o referido no ponto anterior, a entidade procedeu a reclassificação dos saldos iniciais dos valores de aquisição de equipamento administrativo (#435) para programas de computador (#443), no valor de € 1.040.504,77, bem como o respetivo valor de amortizações acumuladas de 1.017.260,62 € de (#4385 para 4483).

Verificámos ainda que durante o período de 2014 foi adquirido *software* no valor 14.002,05 €.

- Validação da adequação das amortizações praticadas, do método usado, bem como da respectiva relevância fiscal.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS ATIVOS INTANGÍVEIS					
	2013	2014	Montantes Validados	Diferença	Observações
4482	440.700,43 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Variação OK
4483	1.017.260,62 €	1.038.198,49 €	1.038.198,49 €	0,00 €	Variação OK
T448	1.457.961,05 €	1.480.984,43 €	1.480.984,43 €	0,00 €	

Foram analisados os mapas de apuramento das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis, tendo-se verificado os saldos de todas as rubricas dos mapas e feito o controlo com as respectivas subcontas da conta 44. Verificou-se que não existem divergências entre os mesmos.

Foram ainda validados os gastos reconhecidos no período de amortizações de ativos intangíveis, tendo por base o método adoptado, bem como as vidas úteis definidas, de acordo com o quadro seguinte:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO ATIVOS INTANGÍVEIS			
	2014	Montantes	Diferença
6432	2.085,51 €	2.085,51 €	0,00 €
6433	20.937,87 €	20.937,87 €	0,00 €
T643	23.023,38 €	23.023,38 €	0,00 €

O valor do item de ativos intangíveis constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor destes activos em uso pela entidade, tendo em conta as bases de mensuração e reconhecimento.

4.2. Inventários e Ajustamentos

4.2.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013					2014			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Inventários	2 077 600	1 212 092	1 372 563	1 522 771	1 925 168	2 037 356	1 859 158	1 612 768	1 887 498
	-42%	13%	11%	26%		6%	-9%	-13%	17%

Verificamos que se mantém a política do CHBM para redução do valor dos seus "stock"s, tendo-se verificado uma redução face a 2013 no valor de € 37.670,00.

4.2.2. Trabalho Desenvolvido

Em relação aos Inventários e respectivos ajustamentos foram realizadas os seguintes trabalhos:

- ♥ Observação das operações de inventariação física, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, corte das operações, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

Para efeitos de apuramento e verificação dos valores para as demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2014, realizaram-se contagens finais à totalidade das existências nos armazéns de Farmácia e Aprovisionamentos. Foram constituídas várias equipas para as contagens, todas elas por nós acompanhadas. Durante as contagens da logística e da farmácia verificámos que foram respeitadas as normas e os procedimentos internos do Inventário Anual, pelo que não existe qualquer recomendação adicional. Realizámos testes por amostragem da contagem do "Kardex", não se tendo detetado qualquer situação de registo.

Nos últimos dias de 2014 procedeu-se à inventariação física dos "stocks" que se encontram nas despensas dos serviços, sendo que o inventário do material de consumo clínico foi efetuado pelos enfermeiros e técnicos dos serviços e o inventário dos medicamentos foi efetuado por técnicos dos Serviços Farmacêuticos.

- ♥ Análise das políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e validação do modelo de custeio incluindo a análise dos inventários mensurados ao justo valor menos os custo de os vender.

O CHBM utiliza o sistema de inventário permanente, o que lhe permite obter, em qualquer momento, conhecimento do valor de existências que se encontram em armazém.

- ♥ Situações de inventários que tenham sido dados como penhor ou garantia, bem como os que se encontram fora da empresa.

- ♥ Análise das quantias expressas nos itens dos inventários, reconciliando as relevadas na contabilidade com o sistema de gestão de armazéns, conforme quadro seguinte:

Movimento de stocks durante o período económico de 2014

	Conta	361	362	363	364	365	366	369	TOTAIS
	Descrição	Produtos Farmacêuticos	Produtos de Consumo Clínico	Produtos Alimentares	Material de Consumo hoteleiro	Material de Consumo administrativo	Material de manutenção e conservação	Outro material de consumo	
Contabilidade	Stock inicial	1.216.087,99	663.814,74	0,00	16.325,65	26.859,44	2.080,49	0,00	1.925.167,91
	Compras / Produção	13.997.901,10	2.564.973,87	1.889,48	121.567,87	84.112,16	97.336,29	1.211,66	16.868.992,43
	Consumos	13.762.750,04	2.823.579,81	1.889,48	128.415,67	99.292,41	97.361,38	1.211,66	16.914.500,45
	Regularizações fim de exerc.	7.962,69	4.845,72		293,78	449,93			13.552,12
	Sobras	3.730,75	1.652,43		84,95	245,66			5.713,79
	Outros								
	Stock final	1.455.470,59	408.402,09	0,00	9.686,68	11.883,46	2.055,40	0,00	1.887.498,22
	Stock final (calculado)	1.455.470,59	408.402,09	0,00	9.686,68	11.883,46	2.055,40	0,00	1.887.498,22
	Diferenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	%	77%	22%	0%	1%	1%	0%	0%	
Programa gestão de stocks	Stock inicial	1.014.341,88	400.781,65	0,00	16.325,64	26.859,43	2.080,49	0,00	1.460.389,09
	Compras / Produção	15.447.268,80	2.572.607,24	1.689,18	121.306,07	84.883,36	97.593,42	1.211,71	18.326.559,78
	Consumos	15.139.839,97	2.592.442,65	1.689,18	128.149,61	100.063,65	97.414,11	1.211,71	18.060.810,88
	Outras Entradas	1.190.241,71	848.632,31	0,00	55.823,20	449,93	0,00	0,00	2.095.147,15
	Outras Sádas	1.248.819,13	846.089,88	0,00	55.618,64	245,62	0,00	0,00	2.150.773,27
	Acerços no Preço Médio	2.933,83	-10,30	0,00	0,02	-0,01	-204,40	0,00	2.719,14
	Stock final (apres. em listag.)	1.266.127,13	383.478,21	0,00	9.686,68	11.883,46	2.055,40	0,00	1.673.230,88
Diferenças entre Contabilidade e Programa de Stocks	Stock final (calculado)	1.266.127,12	383.478,37	0,00	9.686,68	11.883,44	2.055,40	0,00	1.673.231,01
	Dif. entre s.f. calc. Es.f. listag.	-0,01	0,16	0,00	0,00	-0,02	0,00	0,00	0,13
Stock final (Sf Cont - Sf Apr e Farm Calc)	Stock inicial	201.745,71	263.033,09		0,01	0,01			464.778,82
	Compras	-1.449.367,70	-7.633,37	200,30	261,80	-771,20	-257,13	-0,05	-1.457.567,35
	Consumos	-1.377.089,93	231.137,16	200,30	266,06	-771,24	-52,73	-0,05	-1.146.310,43
	Stock final (Sf Cont - Sf Apr e Farm Calc)	189.343,46	24.923,88						214.267,34

Da análise ao quadro anterior conclui-se o seguinte:

- ♥ A diferença entre os valores de "stocks" iniciais da Contabilidade e os de Farmácia e Aprovisionamentos provém da contabilização dos "stocks" existentes nas despesas dos serviços do Hospital no final de 2014.
- ♥ Continuam a subsistir diferenças entre os valores de compras registados pela Contabilidade e os registados pelo programa de "stocks" (Aprovisionamentos e Farmácia). Deveria implementar-se procedimentos de validação de entradas em Armazém e respetivos reflexos contabilísticos, de modo a eliminar discrepâncias a este nível (tendo especial atenção ao corte de operações no final de cada período de análise).
- ♥ Na sequência da análise das diferenças anteriores, a contabilidade procedeu a um conjunto de regularizações contabilística que foram por nós validadas.

Realizámos ainda uma análise das situações justificativas da realização de ajustamentos para redução de inventários e das circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à sua reversão, bem como as respetivas implicações fiscais, não se tendo detetado qualquer situação digna de registo.

Não foram detectadas quaisquer situações materialmente relevantes que comprometam a imagem verdadeira e apropriada do valor dos inventários constante nas demonstrações financeiras da entidade.

4.3. Terceiros

4.3.1. Clientes e Ajustamentos

4.3.1.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	
Clientes	8 363 423	14 035 381	15 264 786	9 084 741	6 627 396	6 790 722	25 372 488	5 961 228	3 631 433				
Adiantamento de Clientes	-88 872 205	-102 448 011	-115 847 635	-107 489 471	-118 798 736	-132 005 532	-145 347 032	-133 127 050	-93 105 512				
Total	-80 508 783	-88 412 630	-100 582 849	-98 404 730	-112 171 340	-125 214 810	-119 974 544	-127 165 822	-89 474 079				
	-10%	-14%	2%	-14%	-12%	4%	-6%	30%					

As variações ocorridas na rubrica de clientes estão sobretudo relacionadas com os montantes faturados e os que se encontram por faturar no âmbito do contrato-programa. De referir que todos os adiantamentos efetuados pela ACSS, IP, no âmbito do contrato-programa estão registados na conta de adiantamento de clientes e que no final de 2014 apresentava um saldo de € 93.105.512.

4.3.1.2. Trabalho desenvolvido

No âmbito da análise de Clientes, validámos os montantes constantes de adiantamentos de clientes que dizem respeito aos valores transferidos pela ACSS no âmbito do contrato-programa que ainda não foram faturados pelo Centro Hospitalar.

Foram também analisadas as situações justificativas da realização de ajustamentos para redução do saldo de clientes, em particular no que respeita à recuperabilidade e exigibilidade das respetivas dívidas, bem como a sua relevância fiscal.

Verificámos a existência de clientes/utentes em cobrança duvidosa no valor global de € 298.657,96, que foram ajustados a 100% do valor das dívidas. Durante o ano de 2014, registou perdas de imparidade no montante de € 976,49 (# 6511) e reversões no montante de 28.270,93 (# 76211). No quadro seguinte apresentamos o valor das imparidades:

IMPARIDADE DÍVIDAS DE CLIENTES			
	Cobrança Dúvidosa	Contencoso	TOTAL
Entidades públicas	96,50	1 262,16	1 358,66
Outros Clientes	268 368,55	28 930,75	297 299,30
TOTAL	268 465,05	30 192,91	298 657,96

Relativamente ao valor de imparidade de dívidas de clientes em saldo constituídos no valor de € 298.657,96, € 30.196,91 foram reclamados judicialmente e € 268.465,05 encontra em mora.

4.3.2. Fornecedores e Outros devedores e Credores

4.3.2.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013				2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Fornecedores Investimentos					-968 643				-1 089 917
Fornecedores	-33 133 433	-35 151 609	-42 666 943	-46 104 220	-29 747 524	-32 535 561	-34 889 064	-37 666 784	-27 175 736
Outros devedores e credores	-5 852 108	-5 334 918	-5 858 637	-5 976 887	-6 104 739	-6 229 812	-6 170 714	-6 285 798	-4 251 948
Total	-38 985 541	-40 486 527	-48 525 580	-52 081 106	-36 820 906	-38 765 374	-41 059 778	-43 952 582	-32 517 600
	-4%	-20%	-7%	29%	-5%	-6%	-7%	26%	

Comparativamente a igual período de 2013 verifica-se uma diminuição do saldo com estas entidades, explicada principalmente pelo reforço de verbas por parte da ACSS destinada ao pagamento de dívidas a fornecedores e o aumento de capital realizado no fim do ano, cujo valor deve ser utilizado fundamentalmente para este fim.

4.3.2.2.Trabalho desenvolvido

Procedemos à confirmação direta e por escrito junto dos fornecedores e outros devedores e credores dos saldos de contas, com data de referência a 31 de Outubro de 2014, conforme quadro seguinte:



Entidades - Saldo a 31-10-2014		Saldo da Contabilidade	Resposta
Nº / Conta	Nome	Valor	
9813421	3M Portugal, Lda	219 965,53 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9801171	Abbott Laboratórios, Lda	918 104,77 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9852094	Abbvie, Lda	2 549 454,42 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9825001	Astellas Farma, Lda	247 643,29 €	Reconciliado
9801731	Astra Zeneca-Prod. Farmaceuticos	245 466,12 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9813004	B. Braun Medical, Lda	1 983 877,85 €	Reconciliado
9852137	Beckman Coulter Portugal Unipessoal	228 165,46 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9802134	Bristol Myers Squibb, Sa	1 095 092,43 €	Reconciliado
9803015	Carestream Healt Portugal	489 876,87 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9805071	Efacec-Serv.Manut.Assist.SA	817 215,86 €	Reconciliado
9806492	Fresenius Kabi Pharma Portugal	1 632 117,77 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9814045	Gilead Sciences, Lda	5 591 432,01 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9809146	Glaxo Smith Kline-Prod.Farmac.	276 330,14 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9809165	Instituto Portugues Sangue	366 250,89 €	Reconciliado
9852085	ITAU-Inst. Tecnic Alimen Humana	201 453,91 €	Reconciliado
9809207	Izesia Portugal, Lda	937 038,76 €	Reconciliado
9810146	Janssen-Cilag Farmacêutica, Lda	1 666 617,17 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9810291	Johnson & Johnson Medical, Lda	1 659 995,66 €	Reconciliado
9812181	Labesfal, SA	1 511 819,72 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9812131	Laboratórios Pfizer, Lda	1 479 148,84 €	Reconciliado
9813033	Merck, SA	979 987,29 €	Reconciliado
9813356	MSD-Merck Sharp & Dohme, Lda	968 843,06 €	Reconciliado
9814099	Novastis Farma, SA	460 440,84 €	Reconciliado
9815118	Octapharma-Prod.Farmac., Lda	452 631,17 €	Reconciliado
9820032	Olympus Portugal, SA	255 808,38 €	Reconciliado
9816955	Quadrantes, Lda	765 992,50 €	Reconciliado
9818171	Roche Farmacêutica Quimca, Lda	2 955 645,92 €	Reconciliado
9818173	Roche-Sist.Diagnóstico, Lda	2 291 610,76 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9820073	Teva-Pharma-Prod. Farmac.	227 887,09 €	Reconciliado
9822017	Varian-Medical Systems Port.	478 799,29 €	Reconciliado
9822120	VIIV Healthcare, Unipessoal, Lda	654 554,82 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
9826005	Zucotec, Lda	289 949,20 €	Novo pedido à data de 31-12-2014
Total		34 899 217,79 €	

Foram circularizadas 32 entidades, não tendo sido obtida resposta em 13 dos casos, os quais foi novamente solicitado um segundo pedido de circularização à data de 31 de dezembro de 2014, conforme quadro seguinte:

Entidades - Saldo a 31-12-2014		Saldo da Contabilidade	Resposta
Nº / Conta	Nome	Valor	
9813421	3M Portugal, Lda	0,00 €	P.A.
9801171	Abbott Laboratórios, Lda	999 079,30 €	Reconciliado
9852094	Abbvie, Lda	1 786 074,64 €	P.A.
9801731	Astra Zeneca-Prod. Farmaceuticos	222 804,13 €	P.A.
9852137	Beckman Coulter Portugal Unipessoal	225 096,63 €	P.A.
9803015	Carestream Healt Portugal	104 374,92 €	Concordante
9806492	Fresenius Kabi Pharma Portugal	968 272,09 €	Reconciliado
9814045	Gilead Sciences, Lda	5 222 329,22 €	P.A.
9809146	Glaxo Smith Kline-Prod.Farmac.	277 621,80 €	Reconciliado
9810146	Janssen-Cilag Farmacêutica, Lda	549 326,86 €	P.A.
9812181	Labesfal, SA	918 354,49 €	Reconciliado
9818173	Roche-Sist.Diagnóstico, Lda	840 797,77 €	P.A.
9822120	VIIV Healthcare, Unipessoal, Lda	716 297,54 €	Reconciliado
Total		12 830 429,39 €	

Foram circularizadas 13 entidades, não tendo sido obtida resposta em 7 dos casos. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários (P.A.).

Consideramos que os procedimentos adotados são suficientes para validar os saldos de fornecedores e outros credores e devedores à data de 31 de Dezembro de 2014.

4.3.3. Pessoal

Foram validados os saldos das contas do pessoal através da reconciliação dos movimentos havidos durante o período, os quais se sintetizam no quadro seguinte:

SALDOS COM O PESSOAL			
Conta	Entidade	Saldo Devedores	Saldo Credores
2312	Pessoal -Venc a liquidar	0,00 €	9 761,67 €
	TOTAL REMUNERAÇÕES A PAGAR	0,00 €	9 761,67 €
2322	Ao Pessoal	2 893,10 €	0,00 €
	TOTAL ADIANTAIMENTOS A PESSOAL	2 893,10 €	0,00 €
2341	Sindicatos	0,00 €	6 627,57 €
	TOTAL DESCONTOS P OUTRAS ENTIDADES	0,00 €	6 627,57 €
		TOTAIS	2 893,10 € 16 389,24 €

4.3.4. Responsabilidades perante Entidades Financeiras

4.3.4.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012					2013					2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Financiamentos Obtidos	12 767 549	12 767 549	12 767 549	12 767 549	12 767 549	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0%	0%	0%	0%	0%	-100%		0%	0%						

Durante o ano de 2014 foi efetuada a reconversão do empréstimo e juros em Capital Estatutário, aumentando assim Capital Estatutário do CHBM.

4.3.4.2.Trabalho desenvolvido

O quadro seguinte apresenta o montante das responsabilidades da entidade perante as várias entidades financeiras, a 31 de Dezembro:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS								
Conta	Banco/Entidade	31-12-2013	Reconhecidas pela empresa	Banco/Entidade	Dif. Recon.	Recon. Banc.	Diferença	Obs.
25611	Do FASP - SNC	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Empréstimos Bancários		12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Responsabilidades		12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK

Por força do Decreto-Lei nº 185/2006 de 12 de Setembro, foi criado o Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde com a finalidade de apoiar o sistema de pagamentos a fornecedores. Não sendo possível proceder ao respetivo reembolso, estes empréstimos foram considerados no défice das Administrações Públicas em 2011. Desta forma, em 2014, com efeito a partir de 1 Janeiro a entidade procedeu à reconversão do empréstimo e juros em Capital Estatutário, aumentando assim Capital Estatutário do CHBM, E.P.E no valor de 12.800.000,00 €.

Os juros com os empréstimos obtidos não foram capitalizados.

Relativamente aos gastos financeiros consideramos que os mesmos se encontram adequados face às responsabilidades assumidas bem como à estrutura financeira da empresa.

Foi ainda por nós detetado, que o Mapa de Responsabilidades do Banco de Portugal, evidencia à data de 31 de dezembro de 2014 um montante de € 131.240,00 relacionado com factoring sem recurso, em dívida à BNP Paribas Factor. Questionados os serviços financeiros do CHBM, fomos informados que não reconhecem qualquer montante em dívida perante esta instituição, sendo que a totalidade dos montantes em causa foram liquidados há mais de três anos. Informaram ainda que nunca foram questionados pela entidade sobre esta pretensa dívida. Face a esta situação e dado que não identificámos qualquer documento, nos últimos três anos, do BNP Paribas Factor, que exigisse estes valores, concordamos com a opinião do CHBM, recomendando no entanto que esta situação seja clarificada durante o período de 2015.

4.3.5. Estado e outras Entidades

4.3.5.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Estado e Outros Entes Públicos	-1 106 534	-1 356 447	-1 422 879	-1 295 900	824 395	-863 712	-1 449 930	-1 301 344	1 346 260			
Impostos Diferidos					-6 706 733							-5 700 989
Total	-1 106 534	-1 356 447	-1 422 879	-1 295 900	-5 882 337	-863 712	-1 449 930	-1 301 344	-4 354 729			
		-23%	-5%	9%	-354%	85%	-68%	10%	-235%			

4.3.5.2.Trabalho desenvolvido

No que concerne ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada gestão dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

A apresenta-se, por cada tipologia de impostos, contribuições e outros tributos os quadros-síntese que decorreram dos movimentos ocorridos neste período económico

Conta 241 IRC

Relativamente ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada contabilização dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

De seguida apresentamos os quadros e explicações que detalham os movimentos ocorridos neste exercício económico para cada uma das situações analisadas.

Em relação ao IRC do ano anterior, a entidade procedeu à entrega do Modelo 22 dentro do prazo legal. A entidade não apresentou coleta, apenas retenções na fonte e tributações autónomas, tendo procedido ao pagamento do diferencial entre as mesmas em Maio de 2014, conforme quadro da página seguinte:

IRC				
Tipo	31-12-2013	Pag./Receb/	Data	Em dívida
Colecta (+)				0,00 €
Ret. Fonte (-)	-1.143,62 €	-1.143,62 €		0,00 €
Pag. Conta (-)				0,00 €
Pag. Adicional por Conta (-)				0,00 €
PEC (-)	-210.000,00 €			-210.000,00 €
Outros (+/-)	7.311,59 €	7.311,59 €		0,00 €
Total	-203.832,03 €	6.167,97 €		-210.000,00 €

Como é possível observar pelo quadro abaixo a entidade encontrava-se obrigada a efetuar pagamentos especiais por conta. Verificámos que a entidade procedeu ao pagamento dos € 70.000,00, no entanto é de referir que o 2º pagamento foi realizado fora de prazo, não cumprindo assim com o prazo legal definido para o efeito.

PAGAMENTOS ESPECIAIS POR CONTA					
	Valor Devido	Data	Valor Pago	Data	Observações
Primeiro	35.000,00	Março	35.000,00	01-04-2014	
Segundo	35.000,00	Outubro	35.000,00	10-11-2014	Fora do Prazo (10dias)
		70.000,00	70.000,00		0,00

Pagamentos por Conta		Pagamentos Especiais por Conta	
A - Coleta 2013	0,00 €	A - Valor Mínimo	1.000,00 €
B - Ret. Fonte 2013	1.143,62 €	B - Vendas e Prestações de Serviços 2013	70.352.031,48 €
C = (A-B)	-1.143,62 €	C - Pagamento por Conta 2013	0,00 €
D = 95% do valor C	-1.086,44 €	D - Valor Máximo	70.000,00 €
E = D/3	-362,15 €	E = [A+(B*0,01-A)*20%]-C	70.000,00 €
Pag. por Conta 2014	0,00 €	Se Pagam/ em 2 momentos então F= E/2 Caso contrário então F= E	
		F - PEC 2014 2 momentos	35.000,00 €
Pagamentos Adicionais por Conta			
A - Lucro Tributável 2013	0,00 €		
B = 2,5% de 1,5M€ a 10 M€	0,00 €		
C = 4,5% superior a 10 M€	0,00 €		
Pag. Adicional por Conta 2014	0,00 €		

Validámos as retenções efetuadas por terceiros, bem como a estimativa de imposto, nos valores de 141.215,40 € e 2.191,83 €, respetivamente, sendo esta última apurada com base numa elaboração provisória da declaração de rendimentos modelo 22.

O quadro seguinte detalha as retenções na fonte efetuadas por terceiros, sendo que os rendimentos respeitam a juros de depósitos bancários e de natureza predial:

RENDIMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DAS RETENÇÕES NA FONTE EFECTUADAS POR TERCEIROS							
Conta Rendimentos Financeiros e outros	Valor	Conta Retenção	Taxa	Valor na contabilidade	Valor calculado	Diferença	Obs.
Sujeitos a retenção na fonte							
7911	367,31 €	2412	25%	91,83 €	91,83 €	0,00 €	OK
78189	8.400,00 €	2412	25%	2.100,00 €	2.100,00 €	0,00 €	OK
	Valor a figurar na MODELO 22			2.191,83 €	2.191,83 €	0,00 €	

Conta 242 - Retenções efectuadas a terceiros

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados da auditoria às retenções efetuadas sobre terceiros:

Descrição	RETENÇÕES			Total
	Retenções efectuadas a terceiros, sobre...	Trabalho dependente	Trabalho independente	
Processamentos				
Total Processamento no ano	7.207.305,00 €	82.128,59 €	44.563,00 €	7.333.996,59 €
Total declarações mensais	7.209.835,00 €	82.128,59 €	41.959,00 €	7.333.922,59 €
Total declarado - Modelo 10 (J)	7.206.160,00 €	82.128,56 €	41.959,00 €	7.330.247,56 €
Diferença (processado-declarado)	-2.530,00 €	0,00 €	2.604,00 €	74,00 €
Pagamentos				
Total Pago referente ao período	7.209.835,00 €	82.128,59 €	41.959,00 €	7.333.922,59 €
Diferença (pago - processado)	2.530,00 €	0,00 €	-2.604,00 €	-74,00 €
Saldo				
Saldo contabilístico no início do ano	556.887,00 €	17.041,72 €	579,00 €	574.507,72 €
Saldo contabilístico no fim do ano	535.687,00 €	4.840,38 €	3.411,00 €	543.938,38 €
Saldo validado no fim	533.356,00 €	4.840,38 €	5.237,00 €	543.433,38 €
Diferença (validado - contabilizado)	-2.331,00 €	0,00 €	1.826,00 €	-505,00 €



Tomando como base os elementos constantes no quadro anterior, constata-se que:

- ♥ Relativamente às retenções de trabalho dependente, existem desfasamentos embora de valor imaterial entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados no valor de 2.530,00 €;
- ♥ Quanto às retenções de trabalho independente, não existem desfasamentos entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados;
- ♥ No que respeita às retenções de rendimentos de pensões, existem desfasamentos embora de valor imaterial entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados no valor de 2.604,00.

Face a diferenças verificadas recomendamos a sua regularização durante o período de 2015.

Conta 243 – Imposto sobre o valor acrescentado

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade em sede de IVA.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO							
Processamento		Declaração			Pagamento		
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença
19.587,30 €	SI - 4º Trim.	19.587,29 €	13-Feb-13	-0,01 €	19.587,29 €	13-Feb-13	0,00 €
8.398,06 €	1º Trimestre	8.398,06 €	7-Mai-14	0,00 €	8.398,06 €	7-Mai-14	0,00 €
5.931,08 €	2º Trimestre	5.931,08 €	12-Ago-14	0,00 €	5.931,08 €	12-Ago-14	0,00 €
7.533,08 €	3º Trimestre	7.533,08 €	11-Nov-14	0,00 €	7.533,08 €	11-Nov-14	0,00 €
7.510,21 €	4º Trimestre	7.510,21 €	9-Feb-15	0,00 €	7.510,21 €	9-Feb-15	0,00 €
				-0,01 €			0,00 €
Totais Modelo C		0,00 €			0,00 €		0,00 €
29.372,43 € --> Processamento normal 0,00 € --> Total Declarações Modelo C 0,00 € --> Total Declarações Modelo C				Saldo Final IVA a Pagar/Receber Calculado: 7.510,22 € Saldo Final na contabilidade 7.510,22 € Diferença: 0,00 €			

Do exposto resulta que não existem desfasamentos de relevância em sede deste imposto.

Contribuições para a Segurança Social

A auditoria às contribuições para a Segurança Social compreendeu a análise das responsabilidades dos funcionários e da entidade patronal, as quais se encontram agregadas no quadro da página seguinte:

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Processamento		Declaração			Pagamento					
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença			
182.293,31 €	Saldo Inicial	370.666,54 €	3-Jan-14	190.472,33 €	370.666,54 €	20-Jan-14	0,00 €			
		250,33 €	29-Out-14		250,33 €	20-Nov-14	0,00 €			
		1.461,33 €	28-Nov-14		1.461,33 €	19-Dec-14	0,00 €			
		352,65 €	9-Dec-14		352,65 €	19-Dec-14	0,00 €			
		297,84 €	23-Dec-14		297,84 €	20-Jan-15	0,00 €			
		-263,05 €	9-Jan-15		-263,05 €	20-Jan-15	0,00 €			
553.826,85 €	Janeiro	371.676,63 €	6-Fev-14	-181.598,20 €	371.676,63 €	20-Feb-14	0,00 €			
		525,00 €	29-Out-14		525,00 €	20-Nov-14	0,00 €			
		27,02 €	28-Nov-14		27,02 €	19-Dec-14	0,00 €			
380.850,45 €	Fevereiro	381.106,56 €	7-Mar-14	574,22 €	381.106,56 €	20-Mar-14	0,00 €			
		27,28 €	28-Nov-14		27,28 €	19-Dec-14	0,00 €			
		290,83 €	23-Dec-14		290,83 €	20-Jan-15	0,00 €			
373.368,44 €	Março	373.246,94 €	14-Abr-14	-91,23 €	373.246,94 €	12-Apr-14	0,00 €			
		30,27 €	28-Nov-14		30,27 €	19-Dec-14	0,00 €			
804.874,10 €	Abril	364.119,46 €	5-Mai-14	-440.467,49 €	364.119,46 €	19-May-14	0,00 €			
		20,67 €	29-Out-14		20,67 €	20-Nov-14	0,00 €			
		71,18 €	28-Nov-14		71,18 €	19-Dec-14	0,00 €			
		195,30 €	23-Dec-14		195,30 €	20-Jan-15	0,00 €			
344.774,39 €	Maio	294.472,89 €	4-Jun-14	-50.152,71 €	294.472,89 €	19-Jun-14	0,00 €			
		139,81 €	29-Out-14		139,81 €	20-Nov-14	0,00 €			
		8,98 €	28-Nov-14		8,98 €	19-Dec-14	0,00 €			
269.700,76 €	Junho	692.626,70 €	30-Jun-14	425.495,67 €	692.626,70 €	30-Jun-14	0,00 €			
		2.153,37 €	29-Out-14		2.153,37 €	20-Nov-14	0,00 €			
		126,31 €	28-Nov-14		126,31 €	19-Dec-14	0,00 €			
		290,05 €	23-Dec-14		290,05 €	20-Jan-15	0,00 €			
405.363,87 €	Julho	405.363,54 €	29-Jul-14	3.098,81 €	405.363,54 €	20-Aug-14	0,00 €			
		2.589,57 €	29-Out-14		2.589,57 €	20-Nov-14	0,00 €			
		432,01 €	28-Nov-14		432,01 €	19-Dec-14	0,00 €			
		77,56 €	23-Dec-14		77,56 €	20-Jan-15	0,00 €			
393.799,47 €	Agosto	393.803,74 €	4-Set-14	48.407,00 €	393.803,74 €	19-Set-14	0,00 €			
		44.854,92 €	29-Out-14		44.854,92 €	20-Nov-14	0,00 €			
		2.922,82 €	28-Nov-14		2.922,82 €	19-Dec-14	0,00 €			
		624,99 €	23-Dec-14		624,99 €	20-Jan-15	0,00 €			
393.833,17 €	Setembro	393.806,64 €	6-Out-14	19.436,94 €	393.806,64 €	20-Oct-14	0,00 €			
		-14.218,87 €	29-Out-14		-14.218,87 €	20-Nov-14	0,00 €			
		32.718,42 €	28-Nov-14		32.718,42 €	19-Dec-14	0,00 €			
		-100,20 €	28-Nov-14		-100,20 €	19-Dec-14	0,00 €			
		1.064,12 €	9-Jan-15		1.064,12 €	20-Jan-15	0,00 €			
434.229,03 €	Outubro	347.989,59 €	29-Out-14	-69.517,01 €	347.989,59 €	20-Nov-14	0,00 €			
		-18.521,58 €	28-Nov-14		-18.521,58 €	19-Dec-14	0,00 €			
		223,36 €	9-Dec-14		223,36 €	19-Dec-14	0,00 €			
		35.020,65 €	23-Dec-14		35.020,65 €	20-Jan-15	0,00 €			
368.068,72 €	Novembro	347.463,06 €	28-Nov-14	-37.711,30 €	347.463,06 €	19-Dec-14	0,00 €			
		904,62 €	9-Dec-14		904,62 €	19-Dec-14	0,00 €			
		-18.010,26 €	23-Dec-14		-18.010,26 €	20-Jan-15	0,00 €			
277.190,31 €	Dezembro	347.297,16 €	23-Dec-14	70.106,85 €	369.242,51 €	20-Jan-15	21.945,35 €			
				-21.946,12 €						
4.999.879,56 € --> Processamento do ano				Saldo Final Calculado: 369.243,28 €						
				Saldo Final: 369.243,28 €						
				Diferença: 0,00 €						

Caixa Geral de Aposentações

Verificámos que a diferença referente ao mês de Novembro de 2013, identificada no nosso relatório de auditoria do ano anterior, foi devidamente regularizada em Abril de 2014, de acordo com o quadro seguinte:

CAXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
247 653,72 €	Saldo Inicial	469 762,54 €	30/dez/13	222 108,82 €	469 762,54 €	15/jan/14	0,00 €	DIF. DECL.: 222108,82€
507 308,43 €	Janeiro	580,69 €	29/jan/14	0,00 €	580,69 €	17/fev/14	0,00 €	
503 520,84 €	Fevereiro	506 727,74 €	3/fev/14		506 727,74 €	17/fev/14	0,00 €	
474 383,07 €	Março	503 520,84 €	6/mar/14	0,00 €	503 520,84 €	14/mar/14	0,00 €	
743 087,11 €	Abril	474 383,07 €	7/abr/14	0,00 €	474 383,07 €	15/abr/14	0,00 €	
489 824,45 €	Maior	1 312,58 €	2/mai/14	-222 112,32 €	1 312,58 €	8/mai/14	0,00 €	DIF. DECL.: -222112,32€
969 656,74 €	Junho	519 662,21 €	28/abr/14		519 662,21 €	8/mai/14	0,00 €	
543 916,66 €	Agosto	488 930,62 €	21/mai/14	0,00 €	488 930,62 €	16/jun/14	0,00 €	
520 831,85 €	Setembro	893,83 €	21/mai/14		893,83 €	16/jun/14	0,00 €	
516 007,17 €	Outubro	968 718,11 €	3/jul/14	0,00 €	968 718,11 €	15/jul/14	0,00 €	
496 985,60 €	Novembro	938,63 €	1/jul/14		938,63 €	15/jul/14	0,00 €	
495 960,50 €	Dezembro	1 103,87 €	29/jul/14		1 103,87 €	18/ago/14	0,00 €	
		537 092,85 €	23/jul/14		537 092,85 €	18/ago/14	0,00 €	
		543 916,66 €	2/set/14	0,00 €	543 916,66 €	15/set/14	0,00 €	
		520 831,85 €	6/out/14	0,00 €	520 831,85 €	15/out/14	0,00 €	
		514 840,32 €	29/out/14	0,00 €	514 840,32 €	17/nov/14	0,00 €	
		496 143,10 €	3/dez/14	0,00 €	496 143,10 €	15/dez/14	0,00 €	
		842,50 €	3/dez/14		842,50 €	15/dez/14	0,00 €	
		494 989,58 €	18/dez/14	0,00 €	494 989,58 €	15/jan/15	0,00 €	
		970,92 €	18/dez/14		970,92 €	15/jan/15	0,00 €	
				-3,50 €			0,00 €	

6 261 482,42 € --> Processamento do ano

Saldo Final Calculado: 495 964,12 €

Saldo Final: 495 964,12 €

Diferença: 0,00 €

A.D.S.E.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade no que respeita à ADSE:

ADSE								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
14.971,00 €	Saldo Inicial	45.577,41 €	6-Jan-14	30.606,41 €	45.577,41 €	13-Jan-14	0,00 €	
54.576,73 €	Janeiro	54.576,73 €	4-Feb-14	0,00 €	54.576,73 €	11-Feb-14	0,00 €	
54.886,58 €	Fevereiro	54.887,24 €	5-Mar-14	0,66 €	54.887,24 €	12-Mar-14	0,00 €	DIF. DECL.: 0,66€
54.487,51 €	Março	54.486,85 €	1-Abr-14	-0,66 €	54.486,85 €	8-Abr-14	0,00 €	DIF. DECL.: -0,66€
93.660,71 €	Abril	53.713,39 €	5-Mai-14	-39.947,32 €	53.713,39 €	8-Mai-14	0,00 €	DIF. DECL.: -39947,32€
53.309,91 €	Maior	53.309,91 €	5-Jun-14	0,00 €	53.309,91 €	11-Jun-14	0,00 €	
99.359,34 €	Junho	137.895,34 €	3-Jul-14	38.536,00 €	137.895,34 €	10-Jul-14	0,00 €	DIF. DECL.: 38536€
73.087,95 €	Julho	73.087,99 €	30-Jul-14	0,04 €	73.087,99 €	6-Ago-14	0,00 €	
102.716,77 €	Agosto	73.523,82 €	1-Set-14	-29.192,95 €	73.523,82 €	8-Set-14	0,00 €	DIF. DECL.: -29192,95€
76.975,95 €	Setembro	76.975,53 €	3-Out-14	-0,42 €	76.975,53 €	10-Out-14	0,00 €	
69.701,28 €	Outubro	69.700,40 €	29-Out-14	-0,88 €	69.700,40 €	4-Nov-14	0,00 €	DIF. DECL.: -0,88€
68.018,63 €	Novembro	68.055,19 €	1-Des-14	36,56 €	68.055,19 €	5-Des-14	0,00 €	DIF. DECL.: 36,56€
68.185,03 €	Dezembro	68.147,59 €	5-Jan-15	-37,44 €	68.147,59 €	12-Jan-15	0,00 €	DIF. DECL.: -37,44€
				0,00 €			0,00 €	

868.966,39 € --> Processamento do ano

Saldo Final Calculado: 68.147,59 €

Saldo Final: 68.147,59 €

Diferença: 0,00 €

Do exposto resulta que não existem desfasamentos de relevância em sede deste imposto.

Cofre de Previdência

Procedemos ainda à validação dos valores contabilizados, declarados e os valores efetivamente pagos relativos aos descontos para o cofre de previdência, não se tendo identificado quaisquer desfasamentos, conforme quadro seguinte:

COFRE DE PREVIDÊNCIA								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
1.747,20 €	Saldo Inicial	1.747,20 €	7-Jan-14	0,00 €	1.747,20 €	10-Jan-14	0,00 €	
1.767,90 €	Janeiro	1.767,90 €	5-Fev-14	0,00 €	1.767,90 €	7-Fev-14	0,00 €	
1.767,90 €	Fevereiro	1.767,90 €	7-Mar-14	0,00 €	1.767,90 €	10-Mar-14	0,00 €	
1.824,81 €	Março	1.824,81 €	7-Abr-14	0,00 €	1.824,81 €	10-Abr-14	0,00 €	
1.663,60 €	Abril	1.663,60 €	9-Mai-14	0,00 €	1.663,60 €	9-Mai-14	0,00 €	
1.663,60 €	Maio	1.663,60 €	9-Jun-14	0,00 €	1.663,60 €	9-Jun-14	0,00 €	
1.828,39 €	Junho	1.828,39 €	9-Jul-14	0,00 €	1.828,39 €	10-Jul-14	0,00 €	
1.828,39 €	Julho	1.828,39 €	13-Ago-14	0,00 €	1.828,39 €	13-Ago-14	0,00 €	
1.832,24 €	Agosto	1.832,24 €	2-Set-14	0,00 €	1.832,24 €	10-Set-14	0,00 €	
1.785,40 €	Setembro	1.785,40 €	8-Out-14	0,00 €	1.785,40 €	8-Out-14	0,00 €	
1.785,40 €	Outubro	1.785,40 €	5-Nov-14	0,00 €	1.785,40 €	7-Nov-14	0,00 €	
2.071,61 €	Novembro	2.071,61 €	9-Dez-14	0,00 €	2.071,61 €	10-Dez-14	0,00 €	
1.866,37 €	Dezembro	1.866,37 €	9-Jan-15	0,00 €	1.866,37 €	9-Jan-15	0,00 €	
				0,00 €			0,00 €	

21.685,61 € --> Processamento do ano Saldo Final Calculado: 1.866,37 €
 Saldo Final: 1.866,37 €
 Diferença: 0,00 €

Do exposto resulta que não existem desfasamentos de relevância em sede deste imposto.

Em relação aos impostos diferidos estes dizem respeito aos Excedentes de Revalorização, aos Subsídios ao Investimentos e às Doações de bens recebidas, conforme quadro seguinte:

Impostos Diferidos			
Descrição	Valor	Taxa IRC	Passivo por Imposto Diferido
Excedentes de Revalorização	25 756 041,25 €	21,00%	5 408 768,66 €
Subsídios ao Investimento	1 315 618,39 €	21,00%	276 279,86 €
Doações	75 908,44 €	21,00%	15 940,77 €
Total	5 700 989,30 €		

Os valores dos impostos diferidos estão validados nos pontos 4.7.3, 4.7.4 e 4.7.5 seguintes.

O valor das contas a receber e a pagar constantes no Balanço representa de forma verdadeira e apropriada o montante dos direitos e das obrigações que a entidade tem perante terceiros.

4.4. Meios Financeiros Líquidos

4.4.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012	2013				2014			
		4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Meios Financeiros Líquidos	2 464 054	2 098 580	2 288 019	2 498 174	1 890 352	1 731 123	1 163 927	1 373 605	41 557 643
		-15%	9%	9%	-24%	-8%	-33%	18%	2925%



Verificámos um aumento significativo dos Meios financeiros líquidos em finais de 2014, justificados pelo aumento de capital realizado em numerário, no montante de € 45.300.000.

4.4.2. Trabalho desenvolvido

No que diz respeito aos meios financeiros líquidos, o nosso trabalho incidiu sobre as seguintes áreas:

- ♥ Verificação dos valores em caixa;

No que concerne à caixa, a entidade tem implementado um conjunto de fundos de maneio, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros. Validámos um conjunto de despesas associadas aos fundos de maneio e as devoluções efetuadas pelos serviços e não detetámos qualquer anomalia.

VALORES MONETÁRIOS							
Conta	Caixa/Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença
1111	Caixa A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11801	FM - Aprovisionamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11802	FM - Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11803	FM - C. Ext. Admissão Doentes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11804	FM - S.I.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11805	FM - Serviço Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11806	FM - Pedops	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
118109	FM - Urgência	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
118110	FM - Transportes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
118111	FM - Urgência Montijo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11817	FM - Pediatria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
11818	FM - Administração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
Total Caixa		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK

Fundo Fixo 2014	Fundo Fixo 2013	Variação dos Fundos
350,00 €	350,00 €	0,00
300,00 €	300,00 €	0,00
60,00 €	80,00 €	-20,00
440,00 €	400,00 €	40,00
100,00 €	200,00 €	-100,00
35,00 €	35,00 €	0,00
130,00 €	130,00 €	0,00
100,00 €	100,00 €	0,00
40,00 €	40,00 €	0,00
35,00 €	35,00 €	0,00
0,00 €	150,00 €	-150,00

- ♥ Análise da posição das contas de depósitos bancários e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;

- ♥ Análise e teste das quantias inscritas em outros instrumentos financeiros, validando o seu reconhecimento e os métodos de mensuração utilizados.

VALORES MONETÁRIOS							
Conta	Caixa/Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença
12101	CGD - 34483/930	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
12102	CGD - 000225/130	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
12103	DGT Conta nº 4422/94	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
12104	BES - 52901256	0,00 €	58.687,31 €	63.593,23 €	-4.905,92 €	4.905,92 €	0,00 € OK
12105	BES Multibanco - 0003 2309 18	5.007,76 €	3.677,31 €	3.915,27 €	-237,96 €	237,96 €	0,00 € OK
12106	Santander	128.841,36 €	25.753,83 €	27.740,85 €	-1.987,02 €	1.987,02 €	0,00 € OK
12107	Santander Jornadas	45.909,82 €	48.662,89 €	48.662,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
122101	DGT Conta nº 4422/95	0,00 €	605.566,94 €	606.354,87 €	-787,93 €	497,47 €	-290,46 € Não Reconciliado
122102	DGT Conta nº 4028/ Montijo	0,00 €	12.460,00 €	12.460,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
122103	DGT Conta nº 1120014810	0,00 €	40.802.834,95 €	40.802.834,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
Total D.O.		179.758,94 €	41.557.643,23 €	41.565.562,06 €	-7.918,83 €	7.628,37 €	-290,46 € Não Reconciliado
13101	DGT Conta nº 4422/94	1.163.553,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
13102	DGT Conta nº 4028/Montijo	15.099,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
Total D.P.		1.178.653,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € OK
Total Valores Monetários 1.358.412,42 € 41.557.643,23 € 41.565.562,06 € -7.918,83 € 7.628,37 € -290,46 € Não Reconciliados							

Da leitura do quadro acima, podemos verificar que se encontravam pendentes nas reconciliações bancárias, num montante total de € 7.918,83, dos quais conseguimos reconciliar € 7.628,37.

À data do presente relatório, a conta 12101 (DGT Conta nº 4422/95) apresentava os seguintes valores pendentes de contabilização pelo Hospital, de acordo com o quadro da página seguinte:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Valores creditados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
Conta	Data	Descrição	Valor
#122101	25-11-2014	Dev. TR 69104268	-39,46 €
#122101	23-12-2014	Dev. TR 69661753	-56,54 €
SUB-TOTAL			-96,00 €
Valores debitados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
#122101	09-10-2014	Ch-2600777283 OP 0	424,00 €
SUB-TOTAL			424,00 €
Valores a crédito na C/C do Hospital não contabilizados no banco			
#122101	01-10-2014	Laboratórios Vitoria, S.A.	-422,52 €
#122101	20-11-2014	Restit.Penh.Creditos- Rui M.S.Borra	-195,94 €
SUB-TOTAL			-618,46 €
			TOTAL -290,46 €

Os valores constantes no saldo da subconta "122103 DGT Conta nº 1120014810" referem-se ao aumento em numerário do capital estatutário no valor global de € 45.300.000,00, por despacho conjunto nº 15476-B/2014 de 19 de Dezembro, conforme já referido. O montante não se encontra disponível para uso, tendo como finalidade o pagamento das dívidas vencidas, supervisionado pela Inspeção-Geral de Finanças e acompanhamento da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), que definem a metodologia a implementar e autorizam a sua movimentação.

Não foram detectados quaisquer desfasamentos de natureza material nos itens de meios financeiros líquidos entre o valor verificado e o valor constante na contabilidade da entidade e relevado nas suas demonstrações financeiras.

4.5. Provisões e Outras Contingências

4.5.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Provisões	771 422	771 422	698 922	698 922	625 153	625 153	625 153	625 153	503 129			
	0%	-9%	0%	-11%	0%	0%	0%	0%	-20%			

Durante o último trimestre de 2014 verificámos uma reversão de provisões, no valor de 122.024,03 €, o que provocou uma diminuição em cerca de 20% do seu valor.

4.5.2. Trabalho desenvolvido

Em relação às provisões e outras contingências foram realizadas as seguintes acções:

- ♥ Reuniões com os responsáveis da entidade de forma a obter informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais;
- ♥ Análise das situações justificativas da constituição de provisões para riscos e encargos e divulgação de passivos ou responsabilidades contingentes;
- ♥ Apreciação da política de seguros dos ativos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- ♥ Análise da natureza de ativos contingentes que tenham sido reconhecidos, avaliando a probabilidade de influxos futuros.
- ♥ Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida. Nesta área foram recebidas respostas das seguintes entidades e das quantias que consideravam em risco:

MAPA DE PROVISÕES OUTROS RISCOS E ENCARGOS						
Descrição	Valor	% Provisionada	% Fisc. Aceite	% Fiscal Anos Anteriores	Total	
937/08.9BEALM - Irene Maria Silva Marques Sabino	500.000,00 €	30%	30%	30%	150.000,00	
31000051 - Autoridade Condições Trabalho	30.600,00 €	30%	30%	30%	9.180,00	
670/12.7BEALM - ZUCOTEC - Soc. Construções, Lda.	1.250.000,00 €	21%	21%	21%	264.274,48	
1092/12.5BEALM - BNP Paribas Factor	1.462.636,25 €	2%	2%	2%	31.677,00	
349/06.9BEALM - Maria Gabriela Lopes e Felizardo Marques	27.997,04 €	100%	100%	100%	27.997,04	
529/11.5BEALM - Márcia Cristina Costa Nobrega	24.080,10 €	42%	42%	0%	10.000,00	
477/12.1BEALM - Maria de Lurdes Santos Pinto	30.000,01 €	33%	33%	0%	10.000,00	
		2012	2014	503.128,52		
		2011	2013	625.152,55		
Valor Provisionado (contab.)	-122.024,03			V. Cálculo: Diminuição -122.024,03		
Valor líquido (Custo - Provento)				Diferença / Correcção 0,00		

A reversão no saldo da Provisão para Riscos e Encargos com Processos Judiciais no valor de 122.024,03 €, resulta:

- ♥ da resolução do Processo nº388/12.8TTBRR dos autores Carla Sofia Almeida Santos e Outros com uma provisão inicialmente constituída no valor de 126.000,00 €, foi apresentada contestação tendo o Tribunal absolvido o CHBM da instância,
- ♥ da resolução do Processo nº 762/11.0 BEALM, do autor Sindicato Médico Zona Sul com uma provisão inicialmente constituída no valor de 16.024,03 €, foi apresentada contestação tendo o Tribunal absolvido o CHBM.

- ♥ Foram constituídas provisões para os Processos nº 529/11.5 BEALM e 477/12.1 BEALM no valor de 10.000,00 € cada.

Não foram detectados quaisquer desfasamentos entre o valor das provisões e contingências e o valor relevado nas demonstrações financeiras da entidade.

4.6. Acréscimos e Diferimentos

4.6.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	
Acréscimos e Diferimentos	51 289 791	55 399 937	73 728 396	67 430 524	77 416 143	91 255 819	82 226 206	92 201 081	59 125 746				
	8%	33%	-9%	15%	18%	-10%	12%	-36%					

Em comparação com o período homólogo de 2013, validámos uma diminuição do saldo de acréscimos e diferimentos em cerca de 24%, estando grande parte relacionado com a faturação do contrato programa à ACSS, IP relativo ao ano de 2014. De referir que ainda se encontra em falta uma parte significativa da faturação dos contratos programa de 2012 e 2013, situação que revela o atraso que se verifica na faturação dos atos médicos, sendo necessário efetuar acréscimos mensais de proveitos associados ao contrato-programa, por forma a se conseguir obter informação sobre os rendimentos da entidade.

4.6.2. Trabalho desenvolvido

No quadro seguinte apresentamos um mapa resumo dos Acréscimos e Diferimentos:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Conta A&D	Tipo	Saldo inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
2721	Acréscimo de Vendas e PS	85 778 733,08 €	65 806 463,01 €	0,00 €	65 806 463,01 €
	Total acréscimo de rendimentos	85 778 733,08 €	65 806 463,01 €	0,00 €	65 806 463,01 €
2722	Acréscimo de FSE	524 145,96 €	245 273,86 €	0,00 €	245 273,86 €
2722	Acréscimo de gastos com o pessoal	6 010 982,25 €	5 672 245,02 €	0,00 €	5 672 245,02 €
2722	Acréscimo de outros gastos operacionais	763 198,55 €	763 198,55 €	0,00 €	763 198,55 €
2722	Acréscimo de juros e outros gastos financeiros	1 076 329,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total acréscimo de gastos	8 374 656,72 €	6 680 717,43 €	0,00 €	6 680 717,43 €
281	Diferimento de FSE	12 066,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total de gastos a reconhecer	12 066,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

4.6.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

Na conta 272121 – ACSS, IP registam-se os valores referentes ao contrato-programa do **CHBM**, na parte que respeita à Produção SNS. À medida que se emitem as faturas á ACSS, entidade que procede ao pagamento dos valores do contrato-programa, anulam-se os valores “estimados”, creditando a conta 272121 pelo valor das mesmas.

Procedemos à validação dos montantes que deveriam estar acrescidos a proveitos, não se tendo detetado qualquer incoerência:

Contrato Programa	Valores por faturar
2011	927 360,00 €
2012	7 040 231,23 €
2013	55 757 012,52 €
2014	1 658 697,60 €
Total acréscimo de proveitos	65 383 301,35 €
Total acréscimo de proveitos contabilizado (272121)	65 383 301,35 €
Diferença	0,00 €

Face ao exposto verificámos que o CHBM ultrapassou a situação descrita na reserva da nossa Certificação Legal das Contas do ano anterior, tendo procedido ao registo dos acréscimo de todos os proveitos relacionados com os contratos programa celebrados com a tutela.

Os restantes € 423.161,66 foram por nós validados e dizem respeito a:

- ♥ € 419.703,37 referentes às taxas moderadoras de 2014 e anos anteriores que ainda não se encontravam faturadas a 31 de dezembro de 2014;
- ♥ € 3.458,29 referentes a notas de crédito de fornecedores datadas de 2015, mas que dizem respeito a operações do período de 2014.

4.6.4. Credores por acréscimos de gastos

Na conta 27222 a entidade registou o valor de € 5.672.245,02 relativo a uma estimativa de Remunerações a Liquidar (férias, subsídio de férias e encargos patronais), a processar e pagar em 2015.

Verificámos que a conta 2722818 – Outros acréscimos de gastos evidênciava um saldo de € 1.008.472,41 relativos a:



- ♥ Acréscimos de gastos de fornecimentos e serviços externos acrescidos no anterior ainda não faturados pelos fornecedores no valor de € 91.153,61;
- ♥ Acréscimos de gastos de fornecimentos e serviços externos acrescidos no ano em análise, cujas faturas têm data posterior a 2014, no entanto, referem-se a operações efetuadas (gastos de 2014) durante o ano de 2014, no valor de € 154.120,25;

Verificámos que ainda relativamente a esta rubrica permanece em saldo de anos anteriores o valor de € 763.198,55, relativo a empréstimos de medicamentos concedidos por vários hospitais. Recomendamos que para o período de 2015, o CHBM proceda à sua análise e respetiva regularização.

Foram registados outros Acréscimos de Gastos no valor de € 1.008.472,41 referentes "gastos com fornecimentos e serviços externos", bem como a "Gastos operacionais associados à compra de medicamentos"

De referir que por força da alteração do plano de contas de POCMS para SNC, a entidade procedeu à reclassificação do saldo inicial de € 1.456.935,34 da rubrica "2745 – Subsídios ao investimento - POCMS", para a rubrica "593 – Subsídios – SNC".

A entidade teve em consideração os pressupostos da periodização dos resultados, efectuando de forma adequada as respectivas especializações de rendimentos e gastos.

4.7. Fundos Patrimoniais

4.7.1. Revisão Analítica

Evolução Trimestral	2012				2013				2014				
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	
Fundos Patrimoniais	-65 458 377	-72 790 338	-71 987 597	-79 526 885	-46 797 981	-30 463 658	-32 453 542	-39 482 925	11 607 634				
		-11%	1%	-10%	41%	35%	-7%	-22%	129%				

A melhoria verificada nos Fundos patrimoniais resulta principalmente dos dois aumentos do capital estatutário no valor global de 58.100.000,00 €, que foram realizados durante o ano de 2014.

4.7.2. Capital Estatutário

Em 2014 foram realizados dois aumentos do capital estatutário no valor global de 58.100.000,00 €, conforme quadro seguinte:

DETENTORES DO CAPITAL

Nome	Conta	Saldo Inicial	Aumento do Capital	Saldo Final	SF validado ³	Diferenças
Estado Português	511	40 930 000,00 €	58 100 000,00 €	99 030 000,00 €	99 030 000,00 €	0,00 €
Total com Estado Português		40 930 000,00 €	58 100 000,00 €	99 030 000,00 €	99 030 000,00 €	0,00 €
Total detentores de capital		40 930 000,00 €	58 100 000,00 €	99 030 000,00 €	99 030 000,00 €	0,00 €

Os aumentos ocorreram da seguinte forma:

- ♥ Em 13 de Janeiro, uma subscrição pelo Estado através da entrega das unidades de participação detidas pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, no montante de 12.800.000,00 € (Despacho nº 14181-A/2013, de 1 de Novembro).
- ♥ Em 29 de Dezembro, uma subscrição pelo Estado em numerário, no montante de 45.300.000,00 € (Despacho nº 15476-B/2014, de 19 de Dezembro).

Destes aumentos no capital estatutário não resultaram gastos de emissão.

4.7.3. Excedentes de Revalorização

Foi efetuada uma revalorização dos terrenos e dos edifícios do Hospital do Barreiro em 1 de Dezembro de 2013, que provocaram o registo de uma reserva de reavaliação no montante de € 27.802.567,80. Conferimos os cálculos, bem como o registo da reserva de reavaliação, bem como o cálculo dos impostos diferidos, conforme quadro seguinte:

	Hospital do Barreiro			Hospital do Montijo
	Valor antes Rev.	Revalorização	Valor após Rev.	
Terrenos	234 556,45 €	3 371 051,09 €	3 605 607,54 €	4 987,98 €
Edifícios	15 632 432,93 €	16 179 054,91 €	31 811 487,84 €	5 331 946,15 €
Depreciações	- 8 252 461,80 €	8 252 461,80 €	- 220 459,90 €	- 1 790 760,85 €
	7 614 527,58 €	27 802 567,80 €	35 196 635,48 €	3 546 173,28 €
Utilização 2013		- 157 112,45 €		
Utilização 2014		- 1 889 414,10 €		
Ex. Revalorização		25 756 041,25 €		
Impostos diferidos		- 5 408 768,66 €		

Verificámos que no final do ano foi registada a utilização da reserva de reavaliação, transferindo-a para resultados transitados, bem como o registo dos impostos diferidos, conforme quadro seguinte:

Ano 2014		
	Depreciação Anual antes REV.	Depreciação Anual após REV.
Hospital Barreiro	756 104,22 €	2 645 518,32 €
Utilização Res. Reavaliação		1 889 414,10 €
Impostos diferidos		434 565,24 €

4.7.4. Subsídios ao investimento

Esta conta é movimentada da seguinte forma:

- ♥ a crédito, pelas entradas de dinheiro para financiamento de bens de investimento ligados a projetos específicos.
- ♥ a débito, pelas transferências para a conta 7883 - Rendimentos de subsídios ao investimento, que correspondem às amortizações dos investimentos a que respeitam, na proporção do financiamento.

Na passagem da antiga aplicação de gestão de ativos tangíveis e intangíveis do Hospital do Barreiro para a atual, houve um levantamento/valorização dos investimentos por uma entidade externa especializada nesta área (à semelhança do ocorrido durante o ano de 2009 no Hospital do Montijo), tendo-se perdido diversos dados e informações referentes aos bens co-financiados.

Os valores anteriores correspondiam aos lançamentos contabilísticos efetuados (a crédito) nas subcontas da conta 2745 (POCMS) durante os anos de 2003 a 2005 e 2008 a 2013 (em 2006 e 2007 não se registaram financiamentos). Por cada valor registado apuraram-se os bens associados, tendo por base um ficheiro que se elaborou desde 2006 onde constam, por recebimento, os dados referentes aos bens adquiridos e apresentados em pedidos de pagamento efetuados pelo Hospital (o nome do fornecedor, nº fatura, data, valor, descrição do bem e nº de inventário atribuído na data de aquisição).

Este ficheiro foi durante o presente exercício devidamente validado e atualizado com as depreciações ocorridas durante o ano de 2014, dos bens que foram objeto de co-financiamento.

Confrontando os bens anteriores com os que constam do ficheiro disponibilizado pelos Serviços Financeiros, verificámos que existiam diferenças entre os valores inicialmente recebidos e os correspondentes valores dos bens de investimento.

Deste modo, face às deficiências detetadas no sistema de gestão dos bens de investimento, os Serviços Financeiros do CHBM optaram por refletir na contabilidade os valores que resultam do ficheiro atrás mencionado, sendo que no período de 2014, face à alteração do normativo contabilístico para SNC, os subsídios ao investimento foram reclassificados para da #2745 para a #593 e foram calculados os respetivos impostos diferidos passivos:

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7883 associada a Amort 2014	Saldo final (31/12/2014) da conta 593
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia: "Instalação Desenvolvimento e Aperfeiçoamento para a área Oncológica - Projeto integrado para o	164 500,39	417,58	3 306,90
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	107 063,75	4 014,89	37 213,14
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	5 043 288,58	39 106,69	404 172,99
Farmácia 1ª Fase	2 009 799,22	104 379,79	559 085,29
Cuidados Paliativos	386 365,71	9 240,81	145 340,51
Infertilidade/procriação médica assistida	229 998,81	9 982,36	150 878,98
Plano Nacional de controlo de Diabetes	181 982,78	6 669,73	15 620,58
TOTAL	10 484,24	2 329,95	0,00
		176 141,81	1 315 618,39
Correção das diferenças verificadas em anos anteriores		34 824,86	-
Valores contabilizados em 2014		141 316,95	1 315 618,39
Impostos diferidos em 2014		32 502,90	276 279,86

Verificámos que a imputação do valor dos subsídios a resultados foi incorretamente registada na conta #7848 - Outros ganhos em inventários e não na conta #7883 - Imputação de subsídios para investimento.

4.7.5. Doações de bens de investimento

Verificámos todos os movimentos ocorridos nesta conta, tendo-se verificado a doação de bens durante o período de 2014 no valor de 64 763,03 €, conforme o quadro seguinte:

	Doações	Impostos Diferidos	Taxa
Bens anteriores a 2014	293 200,30 €	-	67 436,07 € 23%
Bens doados em 2014	64 763,03 €	-	14 895,50 € 23%
	357 963,33 €	-	82 331,57 €
	Depreciações	Impostos Diferidos	Taxa
Depreciações Acum a 2013	- 235 883,59 €	54 253,23 €	23%
Depreciações do período 2014	- 46 171,30 €	10 619,40 €	23%
	- 282 054,89 €	64 872,62 €	
Correção tx ID de 23% para 21%		1 518,17 €	
Valor Líquido dos Bens Doados	75 908,44 €	- 15 940,77 €	21%

Verificámos que a imputação do valor das doações a resultados (de acordo com as depreciações do período) foi incorretamente registada na conta #7848 - Outros ganhos em inventários e não na conta #7883 - Imputação de subsídios para investimento.

5. AUDITORIA AOS ITENS DE RESULTADOS

Pela leitura das Demonstrações Financeiras de 2014, verifica-se que estas apresentam um resultado líquido negativo de **101.924,03€**, correspondendo a um EBITDA¹ positivo de **3.891.593,43€**.

¹ EBITDA – Lucros antes de Juros de Financiamento, Impostos, Depreciações e Amortizações (ou Resultado Operacional + Amortizações + Ajustamentos).

No quadro seguinte apresentamos um quadro síntese das variações ocorridas entre 2013 e 2014 nas rubricas de rendimentos e gastos:

Rendimentos e Gastos	Períodos		Variação	
	4º Trimestre de 2014	4º Trimestre de 2013	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	65 331 801	70 352 031	-5 020 230	(7,1)
Subsídios à exploração	388 178	3 329	384 849	11 561,4
CMVMC	-16 914 500	-17 136 811	222 311	1,3
Fornecimentos e serviços externos	-11 455 031	-11 647 746	192 715	1,7
Gastos com o pessoal	-42 289 527	-43 467 335	1 177 808	2,7
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	27 294	-409	27 703	(100,0)
Provisões (aumentos/reduções)	122 024	73 769	48 255	65,4
Outros rendimentos e ganhos	8 981 656	1 413 941	7 567 715	535,2
Outros gastos e perdas	-300 302	-126 540	-173 763	(137,3)
EBITDA	3 891 593	-535 770	4 427 363	826,4
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 329 990	-3 082 851	-1 247 139	(40,5)
Resultado operacional	-438 396	-3 618 621	3 180 225	87,9
Juros e gastos similares suportados	0	-268 347	268 347	(100,0)
Resultado antes de impostos	-438 396	-3 886 968	3 448 572	88,7
Imposto sobre o rendimento do período	336 472	99 876	236 596	236,9
Resultado líquido do período	-101 924	-3 787 092	3 685 168	97,3

Foram analisados e testados os vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no período:

5.1. Rendimentos e Ganhos

No quadro seguinte apresentamos a variação dos rendimentos e ganhos ocorrida durante o ano de 2014:

Contas de Rendimentos	Mês												Total Geral	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Valor	%
72 - Prestações de serviços	124 560	9 330 003	4 831 932	4 039 896	4 522 137	4 575 002	4 616 426	4 255 369	4 393 112	5 012 724	4 535 179	15 095 460	65 331 801	87,3%
75 - Subsídios à Exploração													388 178	0,5%
76 - Reversões													150 295	0,2%
78 - Outros rendimentos e ganhos	7 523	94 229	14 101	24 517	1 102 598	70 987	55 085	-317 273	13 059	-81 177	-26 559	6 978 061	7 935 150	10,6%
79 - Juros e outros rend. Similares	239	675	1 044 768	544	12 558	100	61	-12 441	6 958	-6 956			1 046 506	1,4%
Valor	132 322	9 424 907	5 890 801	4 064 957	5 637 293	4 646 088	4 671 573	3 925 654	4 413 130	4 924 592	4 508 620	22 611 994	74 851 931	100,0%
%	0,2%	12,6%	7,9%	5,4%	7,5%	6,2%	6,2%	5,2%	5,9%	6,6%	6,0%	30,2%		

O volume das prestações de serviços foi analisado e validado aquando dos testes efetuados nas áreas de clientes e outros devedores não financeiros e de acréscimos e diferimentos e diz fundamentalmente respeito aos valores do contrato-programa de 2014.

No que respeita aos subsídios à exploração, no valor de 388.178,00 €, estes dizem respeito a:

- ♥ 313.178,00 € - transferências da tutela para o pagamento de indemnizações do Programa de Rescisões por Mutuo Acordo promovido pelo Estado Português;

- ♥ 75.000,00 € - transferência da Fundação Calouste Gulbenkian para a criação de unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos.

A imputação a resultados dos subsídios ao investimento e das doações foram analisadas nos pontos 4.7.4 e 4.7.5 anteriores.

Os outros rendimentos e ganhos foram por nós validados e dizem fundamentalmente respeito a:

- ♥ 6.315.743,88 € - correções relativas aos acréscimos de rendimentos dos contratos programa de anos anteriores;
- ♥ 1.043.878,93€ - perdão de todos os juros que se encontravam em dívida ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do SNS à data da reconversão em capital estatutário

5.2. Gastos e Perdas

Os seguintes gastos e perdas foram analisados nos pontos associados:

- ♥ Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi analisado aquando dos testes efectuados na área de inventários – ver ponto 4.2;
- ♥ Depreciações das propriedades de investimentos encontram-se analisadas no ponto **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**;
- ♥ Depreciações dos activos fixos tangíveis encontram-se analisadas no ponto 4.1.2;
- ♥ Amortizações dos activos intangíveis encontram-se analisadas no ponto 4.1.3;
- ♥ Imparidades ao activo da entidade encontram-se analisadas nos pontos 4.1, 4.2, 4.3.1, 4.3.3, **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e 0;
- ♥ Perdas por reduções de justo valor encontram-se analisadas nos pontos **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e 4.4;
- ♥ Provisões encontram-se analisadas no ponto 4.5;
- ♥ Outros gastos financeiros foram analisados no ponto 4.3.4.

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos procedemos a uma análise do balancete de forma a identificarmos as subcontas com os saldos mais expressivos.

Após esta análise prévia às subcontas, considerámos para análise documental as subcontas que constam no quadro abaixo indicado. Selecioneámos para amostra, com base nos extratos de conta, os documentos com valor mais significativo de cada uma das subcontas.

Contas de Rendimentos	Mês												Total Geral	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Valor	%
621 - Subcontratos	853	117 276	254 980	204 897	330 407	370 401	202 294	187 231	408 838	165 891	308 965	941 771	3 493 804	30,5%
622 - Serviços Especializados	65 848	189 140	575 257	241 242	400 133	273 632	589 703	305 629	412 542	496 665	402 608	1 096 285	5 048 684	44,1%
623 - Materiais		22 257	210	208	235	165	254	198	136	294	142	311	24 410	0,2%
624 - Energia e Fluidos	28 516	111 040	109 953	70 385	139 222	95 574	93 710	69 705	51 718	141 187	99 267	256 296	1 266 571	11,1%
625 - Deslocações, Estadas e Trans.		430			12	260							702	0,0%
626 - Serviços Diversos	14 927	93 709	231 798	55 448	147 327	132 823	135 614	37 570	239 403	130 293	135 134	266 813	1 620 860	14,1%
Valor	110 144	533 852	1 172 197	572 179	1 017 337	872 854	1 021 576	600 333	1 112 637	934 331	946 116	2 561 476	11 455 031	100,0%
%	1,0%	4,7%	10,2%	5,0%	8,9%	7,6%	8,9%	5,2%	9,7%	8,2%	8,3%	22,4%		

Nos documentos verificados foi validada a conformidade dos procedimentos de registo, natureza da conta, requisitos do artigo 36º do CIVA.

Da verificação documental efetuada, identificámos que todos os documentos analisados cumprem com os requisitos do artigo 36º do CIVA, nomeadamente serem datados; numerados; conter o nome, firma ou denominação social e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto; a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados; o preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável e as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.

Na análise efetuada aos Custos com o Pessoal, foi testado o processamento de salários de um mês (**Novembro de 2014**) por amostragem, tendo-se procedido à validação dos valores com base nos seguintes procedimentos:

- Cruzamento dos mapas dos Recursos Humanos (ex: Mapas rhl0034, rhl0044, rhl0082, rhl0106, rhl0127, rhl0147), com a indicação dos valores das remunerações brutas, respetivos descontos de cada colaborador, encargos da entidade patronal e remunerações líquidas pagas, com os valores processados e registados na Contabilidade;
- Apuramento das diferenças entre os mapas dos Recursos Humanos e os processados na contabilidade, nas contas respetivas; e
- Validação dos documentos que suportam as diferenças verificadas.

Foi também testada a estimativa de férias e subsídio de férias. A mesma encontra-se analisada no ponto 4.6.4 anterior.

De referir que as retenções de rendimentos bem como as demais contribuições encontram-se analisadas no ponto 4.3.5.2 anterior.

O mapa seguinte apresenta os restantes custos e perdas, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:

Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
681	Impostos (excepto os reflectidos no PT24)	12 759,24 €	0,00 €	12 759,24 €
6881	Correcções relativas a períodos anteriores	12 066,59 €	0,00 €	12 066,59 €
6883	Quotizações	15 204,48 €	0,00 €	15 204,48 €
6888	Outros gastos e perdas não especificados	241 512,14 €	0,00 €	241 512,14 €

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

6.1. Orçamento de Resultados

O Resultado Líquido no final de 2014 ascende a € 101.924 negativos, ficando 98% acima da previsão orçamental.

Resultados	Orçamento	Realizado	Desvio	
	2014	2014	Valor	%
EBITDA	(650 688)	3 891 593	4 542 281	698,1
Resultado Operacional	(5 003 420)	(438 396)	4 565 024	91,2
Resultado Líquido	(5 003 420)	(101 924)	4 901 496	98,0

Este resultado apresenta um crescimento de 97,3% face ao ano anterior por efeito de uma subida de 4,2% dos proveitos totais, conjugada com uma quebra nos custos totais de 0,6%.

Resultados	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
EBITDA	3 891 593	(535 770)	4 427 363	826,4
Resultado Operacional	(438 396)	(3 618 621)	3 180 225	87,9
Resultado Líquido	(101 924)	(3 787 092)	3 685 168	97,3

6.1.1. Orçamento de Rendimentos e Ganhos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	Orçamento	Realizado	Desvio	
	2014	2014	Valor	%
72 Prestação de serviços	69 350 608	65 331 801	(4 018 807)	(7,7)
75 Subsídios à Exploração	0	388 178	388 178	N/A
76 Reversões	0	150 295	150 295	N/A
78 Outros Rendimentos e Ganhos	1 112 833	7 935 150	6 822 317	817,4
79 Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	1 170 289	1 046 506	(123 783)	(14,1)
	71 633 730	74 851 931	3 218 201	6,0

- No final de 2014, o total dos **Rendimentos e Ganhos** ficou 6,0% acima do montante orçamento, o que se traduz num aumento da receita em cerca de 3,2 milhões de euros face ao previsto. De referir que foram acrescidos cerca de 6,3 milhões de euros referentes a correções relativas a contratos programa de anos anteriores.

Face a 2013 as variações foram as seguintes:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
72 Prestações de serviços	65 331 801	70 352 031	(5 020 230)	(7,1)
75 Subsídios à Exploração	388 178	3 329	384 849	(100,0)
76 Reversões	150 295	73 769	76 526	103,7
78 Outros rendimentos e ganhos	7 935 150	1 413 877	6 521 273	461,2
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 046 506	64	1 046 442	1 623 397,1
	74 851 931	71 843 071	3 008 860	4,2

De referir que a variação verificada resulta do acréscimo de rendimentos referido no ponto anterior, bem como o registo do perdão de todos os juros que se encontravam em dívida ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do SNS, à data da reconversão em capital estatutário, no valor de cerca um milhão de euros.

- As **Prestações de Serviços** situam-se 7,7% abaixo do orçamentado para esta rubrica, o que representa um desvio negativo de € 4.018.807, influenciado pela taxa de execução do Contrato Programa de 2014, que se situou nos 95%.

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
7211 Internamento	22 779 803	22 223 462	556 341	2,5
7212 Consulta	6 992 566	7 264 439	(271 873)	(3,7)
72131 Urgência	5 840 555	6 316 996	(476 441)	(7,5)
7215 Hospital de Dia	621 829	684 990	(63 162)	(9,2)
7217 Taxas moderadoras	0	0	0	N/A
72181 Serviço Domiciliário	6 057	6 448	(390)	(6,1)
721821 GDH Cirúrgicos	2 391 573	2 305 818	85 755	3,7
721822 GDH Médicos	4 974 871	4 873 009	101 862	2,1
72183 Programas Verticais	4 422 286	4 655 343	(233 056)	(5,0)
72184 Plano de Convergência	11 288 007	16 355 534	(5 067 527)	(31,0)
72186 Outras Prestações de Serviços	3 236 260	2 478 418	757 841	30,6
7221 Internamento	378 612	567 431	(188 820)	(33,3)
7222 Consulta Externa	22 357	23 700	(1 343)	(5,7)
72231 Urgência	199 134	168 849	30 284	17,9
722611 Patologia Clínica	56 045	44 925	11 120	24,8
722612 Anatomia Patológica	(737)	0	(737)	(100,0)
722613 Imagiologia	24 074	7 155	16 919	236,5
722614 Cardiologia	117	42	75	177,9
722618 Outros	92 561	106 172	(13 611)	(12,8)
72262 De Terapêutica	(334)	0	(334)	(100,0)
72271 Tx Mod. Consultas	353 369	350 240	3 130	0,9
72272 Tx Mod. Urgência/SAP	595 590	638 085	(42 495)	(6,7)
72273 Tx Mod. Internamento	46 920	48 926	(2 006)	(4,1)
72274 Tx Mod. Meios Compl. Diag. e Terapêutica	477 320	497 276	(19 956)	(4,0)
72278 Tx Mod. Outros	68 064	151 154	(83 089)	(55,0)
7228 Outras prestações de serviços de saúde	3 201	5 786	(2 585)	100,0
7229 Outras prestações de serviços	461 700	577 833	(116 133)	(20,1)
	65 331 801	70 352 031	(5 020 230)	(7,1)

No que respeita à variação face ao ano anterior, verificámos que as prestações de serviços diminuíram cerca de 7,1%, fundamentalmente face à diminuição verificada nos valores transferidos no âmbito das verbas de convergência.

- As rubricas de **Subsídios à Exploração e Reversões** não estavam orçamentadas, apresentando por isso um desvio positivo de € 388.178 e € 150.295, respetivamente;
- Relativamente aos **Outros Rendimentos e Ganhos**, ficaram bastante acima do montante do orçamento anual para a rubrica no valor de € 6.822.317, motivado fundamentalmente pelo registo da regularização dos acréscimos de rendimentos dos contratos programa dos anos anteriores. A variação face ao ano anterior é apresentada no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
7811 Serviços sociais	100 058	99 367	691	0,7
7817 Exploração privada das instalações	113 624	179 426	(65 802)	(36,7)
7818 Outros rendimentos suplementares	228 445	49 462	178 982	361,9
782 Descontos de pronto pagamento obtidos	326 578	27 311	299 267	1 095,8
7842 Ganhos em Inventários-Sobras	13 552	10 784	2 768	25,7
7848 Ganhos em Inventários-Outros ganhos	0	164 821	(164 821)	(100,0)
7883 Imputação de subsídios para investimentos	202 069	271 639,71	(69 571)	(25,6)
7884 Benefícios de penalidades contratuais	2 462	7 271	(4 809)	(66,1)
7886 Outros ganhos em instrumentos financeiros	1 876	650	1 226	100,0
7887 Reembolsos	41 414	109 369	(67 956)	(62,1)
7888 Outros rendimentos não especificados	6 905 074	493 775	6 411 298	1 298,4
	7 935 150	1 413 877	6 521 273	461,2

- Os **Juros, dividendos e outros rendimentos similares** situaram-se abaixo do montante orçamentado em 14,1% representando um desvio negativo de € 123.783.

6.1.2. Orçamento de Gastos e Perdas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	Orçamento 2014	Realizado 2014	Desvio	
			Valor	%
61 CMVMC	17 622 117	16 914 500	(707 617)	(4,0)
62 Fornecimentos e serviços externos	11 393 120	11 455 031	61 911	0,5
63 Gastos com o pessoal	43 185 236	42 289 527	(895 709)	(2,1)
64 Gastos de depreciação e de amortização	4 352 732	4 329 990	(22 742)	(0,5)
67 Provisões do Período	25 000	0	(25 000)	(100,0)
68 Outros gastos e perdas	46 685	300 302	253 617	543,3
69 Gastos e perdas de financiamento	12 260	0	(12 260)	(100,0)
	76 637 150	75 290 326	(1 346 824)	(1,8)

- De acordo com os valores registados na Contabilidade, os **Gastos e Perdas** atingiram no fim de 2014, 98,24% do valor anual orçamentado, resultando um desvio positivo de € 1.346.824;

Face a 2013 as variações foram as seguintes:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
61 CMVMC	16 914 500	17 136 811	(222 311)	(1,3)
62 Fornecimentos e serviços externos	11 455 031	11 647 746	(192 715)	(1,7)
63 Gastos com o pessoal	42 289 527	43 467 335	(1 177 808)	(2,7)
64 Gastos de depreciação e de amortização	4 329 990	3 082 851	1 247 139	40,5
65 Perdas por imparidade	976	409	568	100,0
67 Provisões do Período	0	0	0	N/A
68 Outros gastos e perdas	300 302	126 540	173 763	137,3
69 Gastos e perdas de financiamento	0	268 347	(268 347)	(100,0)
	75 290 326	75 730 039	(439 713)	(0,6)

- Os **Consumos** apresentam um grau de execução inferior ao valor orçamentado (4,0%), sendo que as descidas mais significativas se verificaram no consumo de Produtos farmacêuticos (€ 723.435).

No que respeita à variação face a igual período de 2013, verificámos uma diminuição do consumo em € 222.311, o que corresponde a uma diminuição de 1,3%, conforme apresentado no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2014	2013	Valor	%
Produtos Farmacêuticos				
612111 Medicamentos	11 764 321	12 268 292	(503 972)	(4,1)
612112 O.Mat Consumo Clínico	174 572	182 874	(8 302)	(4,5)
612112 Reagentes e Prod.Diag. Rápido	1 516 689	1 363 229	153 460	11,3
612113 Outros Produtos Farmacêuticos	307 168	261 298	45 870	17,6
Material de Consumo Clínico				
612121 De Penso	126 770	151 235	(24 465)	(16,2)
612122 Artigos Cirúrgicos	372 522	311 709	60 813	19,5
612123 De Tratamento	713 815	577 261	136 554	23,7
612124 De Electromedicina	17 618	20 383	(2 765)	(13,6)
612125 De Laboratório	80 384	76 873	3 511	4,6
612126 Proteses	564 020	620 294	(56 274)	(9,1)
612127 Osteosíntese	126 106	141 540	(15 435)	(10,9)
612129 Outro Mat. Consumo Clínico	822 345	845 292	(22 947)	(2,7)
61213 Produtos Alimentares	1 889	2 288	(399)	(17,4)
61214 Material de Consumo Hoteleiro	128 416	110 120	18 296	16,6
61215 Mat. Consumo Administrativo	99 292	90 794	8 499	9,4
61216 Mat. Manutenção e Conservação	97 361	111 673	(14 312)	(12,8)
61217 Outro Material de Consumo	1 212	1 656	(444)	(26,8)
	16 914 500	17 136 811	(222 311)	(1,3)

De referir que a descida verificada no que respeita ao consumo de medicamentos, deve-se não só a uma redução no preço dos medicamentos como ainda, devido ao acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e a Apifarma;

- Os **Fornecimentos e Serviços Externos** situaram-se 0,5 % acima do previsto, devido ao aumento significativo nos gastos com a emissão de termos de responsabilidade para o exterior e o transporte de doentes para a Radioterapia.

No que respeita aos Subcontratos, face a 2013, verificámos uma diminuição dos gastos em € 886.331, o que corresponde a uma diminuição de 20,2%, conforme apresentado no quadro seguinte:

	Contas	4º Trimestre		Variação	
		2014	2013	Valor	%
	6211 ASSISTENCIA AMBULATORIA	0	1 241 488	(1 241 488)	(100,0)
	6214 PROD VENDIDOS P/FARMACIAS	13 175	22 090	(8 915)	100,0
	6215 INTERNAMENTOS	403 416	517 170	(113 753)	100,0
EM MINISTÉRIO SAÚDE	621811 ASSISTENCIA AMBULATORIA	22 059	1 221	20 839	1 707,1
	621812 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	424 711	412 397	12 314	3,0
	621813 MEIOS COMPL. TERAPAEUTICA	464 692	520 248	(55 556)	(10,7)
	621815 INTERN E TRANSPORTE DOENTES	0	119 054	(119 054)	(100,0)
	621891 ASSISTENCIA AMBULATORIA	3 401	338	3 063	906,1
EM OUTRAS ENTIDADES	621892 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	1 407 327	1 096 925	310 502	28,3
	621893 MEIOS COMPL. TERAPAEUTICA	64 878	1 940	62 938	3 244,2
	621895 INTERNTRANSPORTE DOENTES	609 646	376 365	233 281	62,0
	621896 APARELHOS COMPL. TERAPAEUTICA	80 498	70 999	9 499	13,4
		3 493 804	4 380 134	(886 331)	(20,2)

Esta diminuição respeita fundamentalmente a uma reclassificação contabilística do trabalho médico realizado por empresas que passou a ser classificado nos trabalhos especializados. Se retirarmos este efeito, os gastos com subcontratos aumentavam cerca de 11,3%.

No que respeita aos outros FSE, verificámos uma aumento de € 693.615, que corresponde a um aumento de 9,5% face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

	Contas	4º Trimestre		Variação	
		2014	2013	Valor	%
	62211 Serviços de Informática	24 890	18 156	6 734	37,1
	62212 Alimentação	1 018 329	1 121 661	(103 331)	(9,2)
	62213 Lavandaria	314 172	279 726	34 446	12,3
	622142 Serviço Tec. prestados por empresas	1 381 964	0	1 381 964	N/A
	62218 Outros Trabalhos Especializados	512 547	490 185	22 362	4,6
	6222 Publicidade e Propaganda	8 611	4 565	4 047	88,6
	6223 Vigilância e Segurança	246 258	283 635	(37 377)	(13,2)
	6224 Honorários	333 217	898 295	(565 078)	(62,9)
	6226 Conservação e Reparação	1 208 008	1 148 182	59 826	5,2
	6227 Serviços Bancários	687	1 550	(863)	(55,7)
	6231 Ferramentas e utensílios de desg. rápido	2 313	1 711	602	35,2
	6232 Livros de Documentação Técnica	22 097	16 976	5 121	30,2
	6241 Electricidade	606 832	665 854	(59 022)	(8,9)
	6242 Combustíveis	430 920	477 165	(46 246)	(9,7)
	6243 Água	228 819	242 144	(13 325)	(5,5)
	6251 Deslocações e Estadas	260	220	40	18,0
	6253 Transporte de Mercadorias	442	659	(217)	(32,9)
	6261 Rendas e Alugueres	102 842	79 270	23 573	29,7
	6262 Comunicação	238 167	246 500	(8 332)	(3,4)
	6263 Seguros	62 153	63 007	(854)	(1,4)
	6265 Contencioso e Notariado	13 423	16 561	(3 138)	(18,9)
	6266 Despesas de Representação	10	0	10	N/A
	6267 Limpeza, higiene e conforto	1 165 793	1 163 391	2 402	0,2
	6268 Outros Serviços	38 471	48 199	(9 728)	(20,2)
		7 961 227	7 267 612	693 615	9,5

Este aumento diz fundamentalmente respeito à reclassificação referida nos subcontratos, que foi compensada com uma diminuição significativa nos Honorários, que diminuíram € 565 078, o que corresponde a uma variação negativa de 62,9%.

- No que se refere aos **Gastos com o Pessoal** o montante executado ficou 2,1% abaixo do orçamentado para 2014, representando um desvio negativo de € 895.709.

No que respeita às variações face ao ano anterior, verificámos que os mesmos diminuíram em cerca de 2,7%, o que corresponde a uma diminuição de € 1.177.808.

As despesas de pessoal com outras remunerações decresceram 14,7 % face ao valor do ano anterior, o que representa uma diminuição € 879.038, na sequência do esforço de reorganização interna de rentabilização dos recursos existentes e das fortes medidas restritivas, no que respeita ao trabalho extraordinário, impostas pelos diversos Orçamentos de Estado.

No quadro seguinte apresentamos a variação verificada em cada uma das rubricas de gastos com pessoal:

	Contas	4º Trimestre		Variação	
		2014	2013	Valor	%
Orgãos Directivos	6311 Renumeração Base	200 369	161 165	39 203	24,3
	6312 Subsídio de Férias	18 317	44 369	(9 262)	(20,9)
	6313 Subsídio de Natal	16 790			
	63141 Subsídio de Refeição	4 377	4 155	222	5,3
	63144 Despesas de Representação	55 868	44 201	11 668	26,4
	6315 Prestações Sociais Diretas	2 248	2 248	0	0,0
Pessoal	6321 Renumerações Base do Pessoal	23 999 065	25 017 842	(1 018 777)	(4,1)
	6322 Subsídio de Férias	2 166 374	4 291 869	(55 047)	(1,3)
	6323 Subsídio de Natal	2 070 449			
	632411 Horas Extraordinárias	2 627 169	2 814 605	(187 436)	(6,7)
	632412 Prevenções	114 326	83 152	31 173	37,5
	632421 Noites e Suplementos	1 100 933	1 400 574	(299 641)	(21,4)
	63243 Abono Para Falhas	936	844	91	10,8
	63244 Subsídios de Refeição	1 394 471	1 459 932	(65 461)	(4,5)
	63245 Ajudas de Custo	1 738	2 989	(1 251)	(41,9)
	63248 Outros Suplementos	(156 777)	199 736	(356 513)	(178,5)
	6325 Prestações Sociais Diretas	40 239	40 138	101	0,3
	633 Benefícios Pós-emprego - Pensões	283 028	167 864	115 164	68,6
	634 Indemnizações	317 607	79 715	237 892	298,4
	635 Encargos sobre Remunerações	7 787 803	7 537 703	250 100	3,3
	636 Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	1 875	1 213	662	54,6
	638 Outros Gastos com o Pessoal	242 324	113 020	129 304	114,4
		42 289 527	43 467 335	(1 177 808)	(2,7)

No que respeita ao trabalho extraordinário, apresentamos no quadro seguinte a variação por rubrica:

	Contas	4º Trimestre		Variação	
		2014	2013	Valor	%
Horas Extraordinárias	6324112 H.Ext. - Médicos	2 550 241	2 734 497	(184 256)	(6,7)
	6324113 H.Ext. - Enfermeiros	25 220	2 701	22 519	833,6
	6324114 H.Ext. - Téc. Diag. e Terapeut	13 436	19 805	(6 369)	(32,2)
	6324115 H.Ext. - Téc. Superior	19 109	21 486	(2 377)	(11,1)
	6324116 H.Ext. - Assist. Técnico	3 443	14 590	(11 147)	(76,4)
	6324117 H.Ext. - Assist. Operacional	15 721	21 526	(5 805)	(27,0)
Prevenções	6324122 Prev. - Médicos	86 891	52 475	34 416	65,6
	6324127 Prev. - Assist. Operacional	1 749	1 670	79	4,7
	6324128 Prev. - Informáticos	25 686	29 008	(3 322)	(11,5)
Noites e Suplementos	6324212 N.Supl - Médicos	145 856	153 958	(8 103)	(5,3)
	6324213 N. Supl. - Enfermeiros	662 297	858 046	(195 748)	(22,8)
	6324214 N.Supl.-Téc. Diag. Terapêutica	92 756	121 872	(29 115)	(23,9)
	6324215 N.Supl. - Téc. Superior	4 502	4 608	(106)	(2,3)
	6324216 N.Supl. - Assist. Técnico	21 452	31 046	(9 594)	(30,9)
	6324217 N.Supl. - Assist. Operacional	174 071	231 045	(56 975)	(24,7)
		3 842 428	4 298 332	(455 904)	(10,6)

- Relativamente às **Gastos de depreciação e de amortização**, verificámos que ficaram ligeiramente abaixo do orçamento para 2014 em € 22.742, decorrente do término normal da vida útil dos bens e à diminuição do valor dos investimentos realizados nos últimos anos;
- Os **Outros gastos e perdas** apresentam um desvio bastante positivo face ao orçamentado, que resulta fundamentalmente da reclassificação dos gastos tendo em atenção o novo normativo aplicável (SNC). No quadro seguinte apresentamos a variação face ao ano anterior:

	Contas	4º Trimestre		Variação	
		2014	2013	Valor	%
6813	Taxas	12 759	14 186	(1 427)	(10,1)
684	Perdas em inventários	5 714	4 179	1 535	36,7
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	13 046	1 890	11 156	590,3
6881	Correções relativas a períodos anteriores	12 067	34 665	(22 598)	(65,2)
6883	Quotizações	15 204	720	14 484	2 011,7
6888	Outros não especificados	241 512	70 900	170 612	240,6
		300 302	126 540	173 763	137,3

6.2. Orçamento e Cabimentação

6.2.1. FSE e Subcontratos

A rubrica dos **Subcontratos** encontra-se cabimentada em € 3.469.234, traduzindo-se num grau de execução de 98,6% face ao montante orçamentado, conforme quadro seguinte:

	Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
		Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
	6214 PROD. VENDIDOS P/ FARMÁCIAS	13 250	13 175	13 175	75	99,4	99,4
	6215 OUTROS INTERNAMENTOS	407 950	403 416	403 416	4 534	98,9	98,9
ENT. MINISTÉRIO DA SAÚDE	621811 ASSISTENCIA AMBULATORIA	23 715	21 504	21 504	2 211	90,7	90,7
	621812 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	429 174	407 499	407 499	21 675	94,9	94,9
	621813 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	466 374	463 944	463 944	2 430	99,5	99,5
EM OUTRAS ENTIDADES	621891 ASSISTENCIA AMBULATORIA	3 370	3 359	3 359	11	99,7	99,7
	621892 MEIOS COMPL. DDIAGNOSTICO	1 413 614	1 402 727	1 402 727	10 887	99,2	99,2
	621893 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	70 500	64 878	64 878	5 622	92,0	92,0
	621895 INTERN TRANSPORTE DOENTES	609 830	608 233	608 233	1 597	99,7	99,7
	621896 APARELHOS COMPL. TERAPEUTICA	81 265	80 498	80 498	767	99,1	99,1
		3 519 042	3 469 234	3 469 234	49 808	98,6	98,6

No que respeita aos **Fornecimentos e Serviços** e considerando o orçamento anual disponível para esta rubrica (€ 7.874.078) verificámos um grau de execução de 98,5% correspondendo a um gasto total de € 7.755.502.

Verificámos que na generalidade, as rubricas de custo situam-se perto do limite anual orçamentado (100%), com exceção das rubricas de Honorários (89,2%), Ferramentas e utensílios (77,1%), Deslocações e estadas (51,9%), Transporte de mercadorias (65,2€) e de Contencioso e notariado (63,3%), conforme se apresenta no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
	Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
62211 Serviços de Informática	24 900	24 890	24 890	10	100,0	100,0
62212 Alimentação	1 023 279	1 018 329	1 018 329	4 950	99,5	99,5
62213 Lavandaria	314 243	314 172	314 172	71	100,0	100,0
62214 Serviço Tec. Recursos Humanos	1 352 702	1 334 716	1 334 716	17 986	98,7	98,7
62218 Outros Trabalhos Especializados	512 510	510 777	510 777	1 733	99,7	99,7
6222 Publicidade e Propaganda	8 780	8 611	8 611	169	98,1	98,1
6223 Vigilância e Segurança	255 650	246 258	246 258	9 392	96,3	96,3
6224 Honorários	281 946	251 624	251 624	30 322	89,2	89,2
6226 Conservação e Reparação	1 214 915	1 205 543	1 205 542	9 372	99,2	99,2
6227 Serviços Bancários	716	687	687	29	95,9	95,9
6231 Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	3 000	2 313	2 313	687	77,1	77,1
6232 Livros de Documentação Técnica	22 097	22 097	22 097	0	100,0	100,0
6233 Material de Escritório	0	0	0	0	N/A	N/A
6241 Electricidade	607 410	606 832	606 832	578	99,9	99,9
6242 Combustíveis	376 090	373 304	373 304	2 786	99,3	99,3
6243 Água	229 791	228 400	228 400	1 391	99,4	99,4
6248 Outros	0	0	0	0	N/A	N/A
6251 Deslocações e Estadas	500	260	260	240	51,9	51,9
6253 Transporte de Mercadorias	660	430	430	230	65,2	65,2
6261 Rendas e Alugueres	106 260	99 555	99 555	6 705	93,7	93,7
6262 Comunicação	244 887	226 712	226 712	18 175	92,6	92,6
6263 Seguros	63 920	62 153	62 153	1 767	97,2	97,2
6265 Contencioso e Notariado	21 200	13 423	13 423	7 777	63,3	63,3
6266 Despesas de Representação	11	10	10	1	92,7	92,7
6267 Limpeza, higiene e conforto	1 168 920	1 165 793	1 165 793	3 127	99,7	99,7
6268 Outros Serviços	39 691	38 613	38 613	1 078	97,3	97,3
	7 874 078	7 755 503	7 755 502	118 575	98,5	98,5

6.2.2. Custos com o Pessoal

Validámos que a rubrica de **Custos com o Pessoal** não atingiu o valor do orçamento anual disponibilizado, tendo sido comprometido 87,1% do orçamento.

Verificámos que o valor libertado diz fundamentalmente a remunerações base do pessoal (€ 2.129.220), a subsídio de férias (€ 2.140.127) e respetivos encargos sobre remunerações (€ 1.199.365), o que está de acordo com o estipulado no orçamento de estado para 2014.

	Contas	4º Trimestre		Orçamento	Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
		Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
Diretivos	6311 Renumeração Base	200 410	183 856	183 856	16 554	91,7	91,7
	6312 Subsídio de Férias	18 340	0	0	18 340	0,0	0,0
	6313 Subsídio de Natal	16 940	16 790	16 790	150	99,1	99,1
	63141 Subsídio de Refeição	4 400	4 377	4 377	23	0,0	99,5
	63144 Despesas de Representação	55 875	55 868	55 868	7	100,0	100,0
	6315 Prestações Sociais Diretas	5 200	2 248	2 248	2 952	43,2	43,2
Pessoal	6321 Renumeração Base do Pessoal	24 070 970	21 941 750	21 941 750	2 129 220	91,2	91,2
	6322 Subsídio de Férias	2 182 876	142 749	142 749	2 040 127	6,5	6,5
	6323 Subsídio de Natal	2 111 376	2 070 449	2 070 449	40 927	98,1	98,1
	632411 Horas Extraordinárias	2 652 270	2 632 632	2 632 632	19 638	99,3	99,3
	632412 Prevenções	121 682	111 583	111 583	10 099	91,7	91,7
	632421 Noites e Suplementos	1 125 400	1 097 386	1 097 386	28 014	97,5	97,5
	63243 Abono Para Falhas	941	936	936	5	99,4	99,4
	63244 Subsídios de Refeição	1 398 672	1 395 239	1 395 239	3 433	99,8	99,8
	63245 Ajudas de Custo	2 500	1 738	1 738	762	69,5	69,5
	63248 Outros Suplementos	263 154	234 099	234 099	29 055	89,0	89,0
	6325 Prestações Sociais Diretas	49 604	40 239	40 239	9 365	81,1	81,1
	633 Benefícios Pós-emprego - Pensões	283 115	283 041	283 041	74	100,0	100,0
	634 Indemnizações	318 918	317 607	317 607	1 311	99,6	99,6
	635 Encargos / Remunerações	8 048 292	6 848 927	6 848 927	1 199 365	85,1	85,1
	636 Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	11 100	1 875	1 875	9 225	16,9	16,9
	638 Outros Gastos com o Pessoal	243 201	242 754	242 754	447	99,8	99,8
		43 185 236	37 626 141	37 626 141	5 559 095	87,1	87,1

6.2.3. Compras de Matérias-Primas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

	Contas	4º Trimestre		Orçamento	Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
		Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
Produtos Farmacêuticos	6121111 Medicamentos	12 518 879	12 038 459	12 038 459	480 420	96,2	96,2
	6121112 O. Mat Consumo Clínico	182 387	180 989	180 989	1 398	99,2	99,2
	612112 Reagentes e Prod. Diag. Rápido	1 495 241	1 456 097	1 456 097	39 144	97,4	97,4
	612113 Outros Produtos Farmacêuticos	294 199	288 670	288 670	5 529	98,1	98,1
Material de Consumo Clínico	612121 De Penso	132 820	117 719	117 719	15 101	88,6	88,6
	612122 Artigos Cirúrgicos	307 240	279 934	279 934	27 306	91,1	91,1
	612123 De Tratamento	631 374	585 379	585 379	45 995	92,7	92,7
	612124 De Electromedicina	18 050	17 087	17 087	963	94,7	94,7
	612125 De Laboratório	91 241	76 150	76 150	15 091	83,5	83,5
	612126 Proteses	645 468	568 069	568 069	77 399	88,0	88,0
	612127 Osteosíntese	144 765	122 130	122 130	22 635	84,4	84,4
	612129 Outro Mat. Consumo Clínico	832 445	790 763	790 763	41 682	95,0	95,0
	61213 Produtos Alimentares	2 500	1 688	1 688	812	67,5	67,5
	61214 Material de Consumo Hoteleiro	134 045	121 299	121 299	12 746	90,5	90,5
	61215 Mat. Consumo Administrativo	85 793	84 112	84 112	1 681	98,0	98,0
	61216 Mat. Manutenção e Conservação	104 024	96 695	96 694	7 329	93,0	93,0
	61217 Outro Material de Consumo	1 646	1 212	1 212	434	73,6	73,6
		17 622 117	16 826 453	16 826 452	795 664	95,5	95,5

Verificámos o nível de execução orçamental para as compras no final do 2014, tendo validado que face ao orçamento disponível, foram comprometidos 95,5%, correspondendo a uma poupança de € 795.664.

6.2.4. Investimentos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	Orçamento	4º Trimestre		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
		Cabimentos	Encomendas			
432 Edifícios & Outras Constr.	128 865	97 314	97 314	31 551	75,5	75,5
433 Equipamento Básico	330 260	299 892	299 892	30 368	90,8	90,8
435 Equip. Administ. e Informático	133 375	114 201	114 201	19 174	85,6	85,6
443 Software	15 500	14 002	14 002	1 498	90,3	90,3
	608 000	525 409	525 409	82 591	86,4	86,4

Validámos que se cabimentou 86,4% do orçamento previsto, o que representa um valor disponível de € 82.591 no final de 2014. Este valor é perfeitamente normal face a todas as limitações orçamentais impostas pela tutela.

IV – Prestação de Contas

Nesta área de auditoria procedemos a um conjunto de verificações de forma a ser possível formular a nossa opinião sobre dois aspetos que consideramos essenciais na prestação de contas das entidades públicas: o cumprimento das obrigações decorrentes de um conjunto de normativos a que a entidade está subordinada; e, os processos e procedimentos instituídos e praticados no que concerne à contratação pública. As principais conclusões são relatadas nos pontos seguintes.

7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Dever de informação

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) cumpriu com os deveres de informação, dado ter reportado à DGTF, IGF, ARS os seguintes instrumentos de gestão:

- Os Documentos de prestação anual de contas individuais, bem como o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas referente ao exercício de 2013, foram remetidos em 22 de Abril de 2014 à ACSS, IGF, DGTF e à ARSLVT e na mesma data foram ainda enviados ao Tribunal de Contas;

- O Plano estratégico para 2014 foi inserido na aplicação da ACSS no sistema SICA, pela 1ª vez no dia 16 de julho de 2014;
- Os Relatórios Analíticos de Desempenho Económico-Financeiro são elaborados mensalmente na plataforma da ACSS até ao dia 10 do mês seguinte;
- O relatório de boas práticas de governo societário expressa de forma apropriada os princípios subjacentes ao bom governo da entidade, designadamente explicitação das condições e níveis de cumprimento de orientações e objetivos de gestão.

7.2. Programa pagar a tempo e horas

A Entidade apresenta um prazo médio de pagamento a fornecedores em 2014 de **345** dias o que, comparativamente com os **516** dias do final do ano de 2013, representa uma diminuição de **171** dias. No entanto, o objetivo determinado na RCM n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho 9870/2009, de 13 de Abril, não foi cumprido.

No quadro abaixo apresentamos a evolução dos últimos 3 anos:

Evolução do PMP (Dias)		
Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
553	516	345

Verificámos ainda que a entidade, procedeu à adequada monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores e cumpriu com a prestação de informação exigida nos termos do DL nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

7.3. Objetivos de redução do défice orçamental

Neste domínio validámos o cumprimento pelo CHBM de um conjunto de regras definidas pelo Governo em matéria de contributo das entidades públicas para o cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental e da despesa pública e para o controlo da dívida pública. Assim a entidade garantiu alinhamento com os objetivos de consolidação orçamental designadamente:

- Deu cumprimento ao disposto no artigo 41º da Lei 83-C/2013, não tendo havido lugar no ano de 2014 à atribuição de prémios de gestão;
- Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração;
- Foi realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em observância da Lei.

- Cumpriu parcialmente o disposto no artigo 123º da Lei nº 83-C/2013, manteve a (99,6%) das suas disponibilidades em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P..

Existem várias contas bancárias tituladas pelo CHBM, em instituições financeiras privadas conforme quadro abaixo:

Inst. Financeira	nº conta	Valores a 31-12-2014
BES	529012560006	63 612,38
	323091869	3 915,27
Santander	0003/34490458020	27 740,85
	0003/34997593020	48 662,89
	TOTAL	143 931,39

- Os objetivos de desempenho económico-financeiro foram parcialmente alcançados:

Objetivos de Desempenho Económico-Financeiro 2014				
Objectivos	Real	Meta	Variação	Resultado
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (seleccionados), no total de custos com pessoal (%)	10,5%	11,7%	-1,16%	Excedeu
EDITDA (€)	3 891 593,43	-5 492 441,42	9.384.034,85	Excedeu
Acréscimo de Dívida Vencida (€)	-8,1%	0,00	-8,1%	Excedeu
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos (operacionais) (%)	5,5%	7,4%	-1,90%	Não Cumpriu

Relativamente ao cumprimento dos objetivos no Apêndice II ao Contrato-Programa, no que diz respeito à percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços Externos no total dos custos com o pessoal foi de 10,5% em 2014, tendo a meta sido fixada nos 11,7%, esta forma o objetivo **foi cumprido**.

O objetivo fixado para o EDITDA também **foi superado**, atingindo um valor de cerca de 3,8 milhões de euros positivo quando o objetivo fixado era de cerca € 5,4 milhões de euros negativos.

A meta fixada para a percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa no total dos proveitos operacionais foi fixada em 7,4 %, apenas foi alcançado 5,5%, pelo que este **objetivo não foi cumprido**.

Os custos totais do CHBM apresentam uma diminuição de 2013 (€75.730.039,00) para 2014 (€75.290.327,00), encontrando-se o valor abaixo do orçamentado (€76.637.150,00).

Constatamos que o CHBM, em 2014, tal como em 2013, não deu cumprimento ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a qual estabelece as normas a que deve obedecer a assunção de novos compromissos nas Administrações Públicas, incluindo entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde, esta situação foi exposta à tutela pelo CHBM, pelo que é do seu conhecimento.

O Conselho de Administração através da Deliberação nº 31/2014 de 5 de Junho, decidiu por motivos de urgência imperiosa e para evitar o colapso dos serviços proceder ao aumento dos fundos disponíveis em 17,8 milhões de euros, pois consideraram ser esta a única via para assegurar a continuidade da prestação de cuidados de saúde e proteger a saúde dos utentes.

8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

8.1. Aplicação das normas de contratação pública

O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) é uma entidade adjudicante nos termos da al. a), do nº2, do artigo 2º, do Código dos Contratos Públicos (CCP); rege-se, em matéria de contratação, pelo disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e suas posteriores alterações.

Foi realizada uma amostra de procedimentos aquisitivos realizados pelo CHBM e temos a recomendar:

- Redução do número de procedimentos, pois verificámos a existência de vários procedimentos aquisitivos para a mesma tipologia de material.
- O Código dos Contratos Públicos prevê no seu artigo 465º a obrigação de publicitação no portal da internet dos elementos referentes à formação e à execução dos contratos públicos, cabendo à entidade contratante o cumprimento dessa obrigação, o artigo 127º do CCP prevê que a não publicitação gera a ineficácia dos contratos, nomeadamente em termos de pagamentos, assim chamámos a atenção para o atrás exposto.
- Verificámos que a previsão das necessidades e a sua fundamentação deverá ser sempre realizada com rigor.

O CHBM cumpre de uma forma geral as obrigações legais referentes à aquisição de bens e serviços e empreitadas, com as ressalvas atrás mencionadas.

Recomendamos a redução no número de procedimentos para aquisição da mesma tipologia de material.

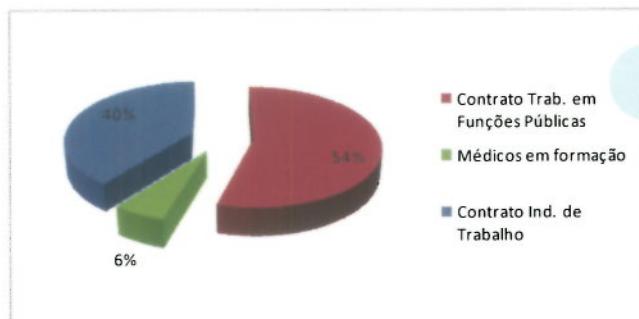
Verificámos que nos contratos de prestações de serviços, nomeadamente nos que tem um maior impacto financeiro devem ser implementados mecanismos de controlo, mais eficazes e eficientes, criando procedimentos internos que o garantam. Mais verificámos, que em 2014 o controlo do contrato da prestação de serviços de higiene e limpeza não foi assegurado de forma continuada.

À data de emissão deste relatório estão a ser elaborados Planos de Controlo Anuais para os principais contratos de prestação de serviço do CHBM.

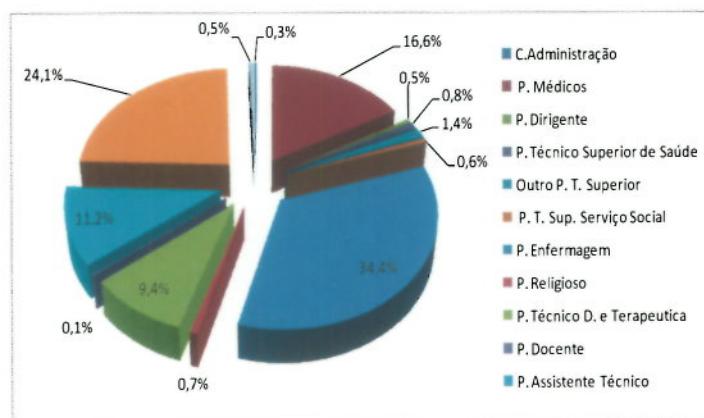
9. RECURSOS HUMANOS

Ao pessoal do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) aplica-se o regime jurídico do contrato em funções Públicas, conforme o disposto na Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis: 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril e o Lei nº 35/2014 de 20 de Junho. E o regime do contrato contracto individual de trabalho, conforme o disposto no Código de Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro (artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro).

O CHBM em 31 de Dezembro de 2014 contava com 1.533 recursos humanos, mais 11 colaboradores em regime de prestação de serviços, estando divididos da seguinte forma, de acordo com o vínculo profissional:



O gráfico seguinte apresenta os trabalhadores da entidade por Grupo Profissional:



Comparando os anos de 2013 e 2014, verifica-se uma diminuição do número de recursos humanos da entidade de 1.571 para 1.533, ou seja menos 38 recursos. As saídas ocorrem, fundamentalmente por aposentação, licenças sem vencimento, transferências, exoneração e requisição. Também se verifica uma diminuição do número de prestadores de serviços que passa de 25 em 2013 para 11 em 2014.



Pela Resolução nº 45/2012, publicada na 2ª série do Diário da Republica em 21 de Novembro de 2012, foram nomeados os membros do Conselho de Administração, para um mandato de três anos, sendo este composto por 4 membros, produzindo esta resolução efeitos a 22 de Novembro de 2012, posteriormente pela Resolução nº 18/2013 foi nomeado o quinto membro do Conselho de Administração. O Conselho de Administração foi renomeado em 2015 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2015 de 12 de Fevereiro.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida de acordo com o fixado na lei.

O nº 4 do artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro, com as alterações posteriores, nomeadamente o DL nº 244/2012 de 9 de Novembro, determina que os processos de recrutamento de pessoal devem assentar na adequação dos profissionais às funções a desenvolver e devem assegurar os princípios da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação, bem como da publicidade, exceto nos casos de manifesta urgência devidamente fundamentada.

Neste âmbito verificámos que foram solicitadas às autorizações legalmente exigidas para o recrutamento de trabalhadores.

Recomendamos que os processos de recrutamento assentem na adequação dos profissionais às funções a que se destinam pelo que contratar hoje profissionais recrutados á mais de 2 anos poderá ser não se revelar o melhor método.

O controlo de assiduidade é realizado por um sistema de registo biométrico. No entanto, não se encontra integrado como o processamento, pelo que as ausências só terão influência nos vencimentos quando verificadas pelos de Recursos Humanos, o sistema permitiu essencialmente dispensar a folhas de ponto em papel.

Foram identificadas situações em que existem faltas por justificar, tendo os RH solicitado a sua justificação e não tendo obtido resposta vão insistindo, pelo que se torna imprescindível a fixação de prazo para a justificação.

Recomendámos que se proceda à integração efetiva entre o sistema de controlo de assiduidade e pontualidade com o sistema de processamento remunerações.

O risco de acidentes de trabalho encontra-se devidamente segurado, através da apólice nº 1501491400070/3 da Mafre.

A segurança, higiene e saúde no trabalho é assegurada internamente pelo Serviço de Saúde Ocupacional.

V – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pela Administração, o qual reflete, em nosso entender, uma descrição fiel das atividades realizadas e das perspetivas para o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** Concordamos com a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

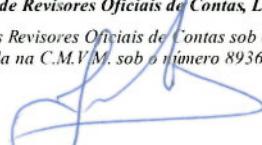
Lisboa, 27 de Abril de 2015,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936



representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC nº 681